



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**  
**Faculdade de Educação**  
**Cátedra UNESCO de Educação a Distância**  
**Curso de Pós-Graduação Lato Sensu de Especialização em**  
**Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar**

**O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM DOS ALUNOS  
SURDOS NO ENSINO FUNDAMENTAL DA ESCOLA SÃO JOSÉ EM  
CRUZEIRO DO SUL**

**FRANCISCA NÁDIMA DE ALMEIDA SILVA**

**ORIENTADOR(A): PROF<sup>a</sup>. DR<sup>a</sup>MERCEDES VILLA CUPOLILLO**

**CRUZEIRO DO SUL/2015**

**FRANCISCA NÁDIMA DE ALMEIDA SILVA**

**O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM DOS ALUNOS  
SURDOS NO ENSINO FUNDAMENTAL DA ESCOLA SÃO JOSÉ EM  
CRUZEIRO DO SUL**

Monografia apresentada ao Curso de  
Especialização em Desenvolvimento Humano,  
Educação e Inclusão Escolar do Departamento  
de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento  
Humano – PED/IP – UNB/UAB.

Orientador(a): Prof<sup>ª</sup>.Dr<sup>a</sup> Mercedes Villa Cupolillo

CRUZEIRO DO SUL/2015

TERMO DE APROVAÇÃO

FRANCISCA NÁDIMA DE ALMEIDA SILVA

**O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM DOS ALUNOS  
SURDOS NO ENSINO FUNDAMENTAL DA ESCOLA SÃO JOSÉ EM  
CRUZEIRO DO SUL**

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UNB/UAB. Apresentação ocorrida em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

---

PROFESSORA Dr<sup>a</sup> MERCEDES VILLA CUPOLILLO

---

EXAMINADOR

---

FRANCISCA NÁDIMA DE ALMEIDA SILVA

CRUZEIRO DO SUL/2015

## **DEDICATÓRIA**

À minha família, pelo apoio e compreensão, oferecidos durante a elaboração desse trabalho. Em especial aos meus filhos, Victor Henrique e Nadime Melissa que são o motivo de minha alegria.

## AGRADECIMENTOS

Sou grata antes de tudo a Deus, pois foi através da fé que movi forças para seguir em frente quando o cansaço me abatia.

Agradeço a toda a minha família, que sempre me apoiou em todos os momentos.

Agradeço aos meus dois filhos, Victor Henrique e Nadime Melissa, pelas muitas vezes que me acompanharam durante a realização desse trabalho com uma simples frase: “mamãe posso estudar com você?”.

Ainda agradeço a compreensão, paciência e o carinho do meu esposo Rogério Alves que muito me ajudou nessa caminhada.

Agradeço aos meus pais, pela criação e o amor, e por acreditarem que eu chegaria até aqui.

Sou grata à minha orientadora, professora Mercedes, pois graças à sua parceria que pude vivenciar bons momentos de leitura e escrita durante essa pesquisa. Obrigada pelas sugestões.

Agradeço à Escola de Ensino Fundamental São José, pela colaboração e por permitir que a pesquisa fosse realizada em seu ambiente.

Agradeço a todos os colegas do curso de Pós-Graduação que compartilharam comigo momentos felizes, e estiveram presente nos momentos difíceis com palavras de otimismo. A vocês que fizeram parte de minha vida acadêmica, muito obrigada.

## **EPIÍGRAFE**

“A Escola deve ser um elemento transformador. A isso, acrescentaríamos: o dever sê-lo de modo especial para o surdo, mais do que qualquer outra criança ouvinte, pois temos que admitir o seu universo, mas transformar a sua deficiência em eficiência. Talvez, mais do que educadores em geral, tenhamos o compromisso com a escola transformadora.”

**Alfredo Goldback**

## **Resumo**

O presente trabalho intitulado “teve como objetivo analisar como acontece o processo de avaliação da aprendizagem de alunos surdos na referida escola em uma escola de ensino fundamental da cidade de Cruzeiro do Sul, no Acre. Dessa forma, nossos focos de interesse foram os métodos avaliativos para a construção do conhecimento de alunos surdos. Além disso, discutir aspectos referentes à avaliação de aluno surdo, como aspectos linguísticos, tendo em vista que Libras é uma língua utilizada pelos surdos e legalmente reconhecida. A opção pelo tema vem da necessidade de saber se as avaliações estão sendo realizadas de forma coerente, no sentido de beneficiar o processo ensino-aprendizagem. Essa pesquisa é de cunho qualitativo e o método utilizado para a coleta de dados se deu a partir das observações das aulas durante um período de dois dias, no oitavo ano do ensino fundamental e em seguida, de entrevista com a professora e uma aluna surda da referida turma. Através da pesquisa de campo verificamos que a professora se utiliza de recursos como, provas e trabalhos, para avaliar a aluna surda, levando em conta também sua participação, assiduidade e envolvimento nas atividades realizadas. Durante esse período ficou evidente também a insegurança da professora em relação a alguns sinais para se comunicar com a aluna surda sendo que a intérprete auxilia nesse processo. A professora reconhece que a avaliação utilizada na escola é um instrumento de caráter quantitativo, e não pode estar a favor de um sistema que a cada dia vem impondo inovações no ensino em busca de resultados numéricos, desprezando vários aspectos importantes do processo de aprendizagem.

**Palavras-Chave:** Inclusão; Avaliação; da Aprendizagem; Surdo

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AEE-Atendimento Educacional Especializado

CAS – Centro de Formação de Profissionais da Educação e de Atendimento as Pessoas com Surdez

CEADA – Centro Estadual de Educação de Surdos

CENESP – Centro Nacional de Educação Especial

FENEIS – Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos

INES – Instituto Nacional de Educação dos Surdos

LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MEC – Ministério da Educação

NAPI – Núcleo de Apoio Pedagógico a Inclusão

PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais

PPP – Projeto Político Pedagógico



## SUMÁRIO

<b>1 APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>09</b>
<b>2 OBJETIVOS .....</b>	<b>14</b>
2.1. Objetivo geral .....	14
2.2. Objetivos específicos.....	14
<b>3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....</b>	<b>15</b>
3.1. Dialogando sobre a educação dos surdos: um breve histórico .....	15
3.2. A educação de surdos no Brasil .....	19
3.3. A educação de surdos no Acre e em Cruzeiro do Sul .....	21
<b>4. LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS.....</b>	<b>23</b>
4.1. Características da língua de sinais .....	26
4.2. Mitos e verdades sobre as línguas de sinais .....	27
<b>5. CONCEPÇÕES A CERCA DA AVALIAÇÃO .....</b>	<b>29</b>
5.1. Avaliação educacional revendo conceitos e mudando pensamento.....	34
5.2. Como avaliar o aluno com surdez.....	35
5.3. O que dizem os embasamentos legais acerca da avaliação escolar .....	39
<b>6. O CONTEXTO METODOLOGICO DA PESQUISA .....</b>	<b>40</b>
6.1. A escola São José.....	41
6.2. Analisando dados: construindo uma nova história.....	43
<b>7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>46</b>
<b>8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>48</b>
<b>9. ANEXOS .....</b>	<b>50</b>

As pessoas consideradas diferentes, principalmente as que têm algum tipo de deficiência, enfrentam muita rejeição e nem sempre lhes são dadas oportunidades de usufruírem do convívio social. Essa rejeição manifestou-se nas diversas fases da história, mesmo de maneira diferenciada, mas sempre tendo como ponto de partida os valores que definem o perfil de homem e o seu lugar na sociedade.

Com as pessoas surdas, não é diferente, pois elas têm uma história marcada pela exclusão, por serem consideradas diferentes e, muitas vezes, incapazes, e ainda, por terem sido, em sua trajetória, abandonadas, mortas e em outros momentos confinadas em asilos, conventos e demais instituições especializadas e segregadoras do convívio social. Com o passar do tempo, persistiram lutando até chegarem a ser considerados membros de uma comunidade retentora de cultura e língua próprias, com uma importância imensurável e linguística. Referente a esse período Mazzotti (1996) enfatiza que:

Nesse contexto surgiu a Educação Especial, de maneira isolada, em instituições de caridade e esteve por muito tempo refém de uma visão distorcida das deficiências. No Brasil a Educação Especial teve início em 1854, mas somente a partir de 1857 surgiu a educação de surdos, no Rio de Janeiro, através do Imperial Instituto dos Surdos-Mudos – Lei nº 839/1857, hoje INES - Instituto Nacional de Educação de Surdos (MAZZOTTA, 1996, p. 28-29)

De acordo com o autor, somente na última metade do século XX, a educação evoluiu, no sentido de oferecer às pessoas deficientes melhores condições de vida, conforme suas necessidades especiais. Esta não procurou segregá-las da sociedade, mas garantiu-lhes o direito de serem diferentes e registrando significativos avanços, a partir de importantes eventos nacionais e internacionais que resultaram em acordos relativos aos direitos das pessoas com necessidades educacionais especiais, além da conquista de uma vasta legislação.

Os conceitos relativos à educação das pessoas com necessidades educacionais especiais, numa linha de tempo, têm sido definidos segundo os interesses da classe dominante, motivados pela concepção de homem, de sociedade e do próprio processo

educativo que a ela interessa, especialmente quando capitalista, como ocorre no Brasil, onde o que vale é a competência e a produtividade.

Os vários movimentos nacionais e internacionais têm gerado importantes diretrizes norteadoras das políticas educacionais, a exemplo da Declaração de Salamanca, que nasceu da Conferência Mundial de Educação Especial em Salamanca, na Espanha, em junho de 1994 e de outros documentos que defendem os princípios fundamentais de uma escola para todos.

No ano de 2002, a comunidade surda brasileira pôde assegurar a expressão linguística da sua língua nativa, por meio da regulamentação da Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que reconhece como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais – Libras e hoje regulamentada através do Decreto nº 5626 de 22 de dezembro de 2005 e publicada no DOU de 23.12.2005. Esses importantes fatos colaboram para garantia dos direitos linguísticos das pessoas surdas como cidadãs brasileiras.

A inclusão de alunos surdos impõe inúmeros desafios ao sistema de ensino. Esse momento histórico congrega um período de transição: da escola que ignorava as diferenças dos surdos, tratando-os como ouvintes, para uma fase de resgate de direitos e de exigência do reconhecimento dessa diferença pelo sistema educacional.

Sobre a inclusão, Souza *et. al.* (2010) cita que:

“Incluir não significa colocar o aluno na escola sem dá condições necessária de permanência e assistência educacional, mas sim dá suporte pedagógico, além de um ensino de qualidade que desenvolva de forma tridimensional as suas potencialidades, sejam elas: cognitivas, motoras e afetivo-sociais”.  
(Souza *et. al.*2010)

Além disso, partindo do princípio de que a educação é um direito de todos, percebemos que o atendimento educacional às pessoas com necessidades especiais (em ambiente escolar comum ou em grupos especializados) está assegurado na Constituição Brasileira.

Contudo, Souza *et. al.* (2010) cita ainda que, apesar das leis assegurarem a presença de alunos especiais no ensino regular, existem, no entanto, muitas barreiras que impedem que estas políticas sejam realmente efetivadas, como a falta de preparo dos professores, da escola e dos membros que a compõem.

Com todos os problemas à serem enfrentados, Scardua (2008) cita que, “para que haja inclusão escolar, é necessário o comprometimento por parte de todos os envolvidos, sejam eles alunos, professores, pais, comunidade, diretor, enfim, todos que participam da vida escolar direta ou indiretamente, e, podemos citar ainda, mudanças pedagógicas, no modelo educacional, valorização de professores, entre outros.

Nos últimos anos, a educação escolar tem sido tema de grandes debates a cerca da melhoria da qualidade do ensino e inserir nesse processo todos que por direito estão fora da escola. Nossos governantes mostram-se cada vez mais “preocupados” em melhorar os índices educativos tanto no Brasil como no mundo. Mas, será se tal preocupação realmente está voltada para um ensino de qualidade, que não esteja ligado apenas ao sistema econômico? Será que os objetivos da educação escolar é somente preparar pessoas para o mercado de trabalho? E sobre a educação escolar de alunos deficientes, em especial dos surdos, será que as escolas estão realmente equipadas e preparadas para receber esses alunos e se estão respeitando as leis que garantem sua inclusão, autonomia e desenvolvimento moral e cognitivo nesse espaço?

A inclusão de alunos surdos impõe inúmeros desafios ao sistema de ensino. Trata-se de um momento histórico que sofreu um processo lento de transformações e conquistas, ou seja, foi um longo período de transição onde a escola normal que ignorava completamente as diferenças dos surdos, tratando-os como ouvintes, passou para uma fase de resgate de direitos e de exigência do reconhecimento dessa diferença pelo sistema educacional.

Atualmente temos a Lei nº 10436/02 que reconhece a Língua Brasileira de Sinais – Libras como meio legal de comunicação e expressão. Se a Língua Brasileira de Sinais é reconhecida como língua materna do surdo por que não pensar em avaliações que se preocupem com a qualidade do que os alunos surdos aprendem, pensar se as avaliações que estão sendo feitas na escola atendem as necessidades do educando e se está voltada para a aprendizagem qualitativa ou quantitativa.

Diante da importância desse tema para mim enquanto pessoa e acadêmica optei por pesquisar sobre a avaliação de alunos surdos e propor momentos de reflexão acerca do atendimento desses alunos em sala de aula, a nossa prática docente em relação ao profissional que temos sido e o que realmente deveríamos ser com os alunos que precisam de uma acessibilidade em sala de aula. Nesse sentido, muitas vezes falhamos por não sabermos como agir, excluindo-os de certo modo, principalmente, quando se trata de avaliar esse aluno com necessidade educacional especial.

É nesse contexto que se insere o presente objeto de estudo, que está voltado para analisar o processo de avaliação de alunos surdos no ensino fundamental representado por um estudo de caso de um aluno do oitavo ano, na Escola São José, situada na Zona Urbana de Cruzeiro do Sul, Acre. Questiono a forma como as avaliações têm sido feitas e se as diferenças estão sendo respeitadas. Assim, propor reflexões acerca do (a) professor (a) regente em sala de aula e aluno (a) surdo (a), até que ponto conseguem cumprir seus papéis no processo de ensino-aprendizagem em uma escola inclusiva são de fundamental importância nesse contexto. Compreender como acontece o processo de avaliação do(a) aluno(a) surdo(a) como também verificar quais as metodologias utilizadas para o ensino-aprendizagem de alunos surdos esteve na pauta de nossa pesquisa.

A pesquisa foi de cunho qualitativo e buscou compreender como acontece o processo avaliativo do aluno surdo no ensino regular, através de um estudo de caso. A coleta de dados se deu por meio da observação e de uma entrevista com uma professora e uma aluna surda.

Como base para discussão teórica do tema “avaliação de surdos e avaliação da aprendizagem”, debrucei-me sobre renomados autores como Luckesi (2011), Hoffman (2005), Sartoreto (2011), Sperolto, Pagotti, dentre outros.

No 1º capítulo, apresentamos um breve histórico sobre a educação de surdos, no Brasil, Acre e Cruzeiro do Sul e a Língua Brasileira de Sinais; No 2º capítulo, Conceitos Específicos sobre a Língua de Sinais, que nos proporcionou compreensão acerca da importância da comunicação para o surdo. No capítulo 3º, avaliação, onde exponho algumas perspectivas sobre a forma de avaliar o aluno surdo, questão essa que tem levantado inúmeras discussões, pois muitas escolas não fazem alusão ao uso da língua de sinais. No 4º capítulo apresento os procedimentos metodológicos e os resultados da pesquisa por fim, as considerações finais acerca dessa temática e minha experiência acadêmica.

## **2. OBJETIVOS**

### **2.1. Geral**

- Analisar o Processo de Avaliação de alunos surdos no ensino fundamental da escola São José em Cruzeiro do Sul no estado do Acre.

### **2.2. Específicos**

- Compreender como acontece o processo de avaliação de alunos surdos;
- Verificar quais as metodologias utilizadas para o ensino-aprendizagem de alunos surdos;
- Identificar como os sistemas de ensino e as escolas concebem a formação continuada de professores que trabalham com surdos;
- Descrever quais os mecanismos de comunicação entre os alunos surdos e a comunidade escolar ouvinte, na escola.

## **3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **3.1. Dialogando sobre a educação dos surdos: um breve histórico**

A história da educação dos surdos é cheia de lutas e conflitos que longos anos para que se conquistasse a aceitação de pessoas com esse tipo de impedimento na sociedade. Os preconceitos sempre existiram, não é algo da sociedade contemporânea; é fato que, desde que “o mundo é mundo”, existem atitudes de preconceitos e exclusão de pessoas com deficiência.

Na sociedade pré-cristã, por exemplo, as pessoas que nasciam com algum tipo de deficiência eram vistas não como humanas, mas diferentes, e passavam a considerar um castigo divino que provinha do pecado da família. Essas pessoas não estavam nos padrões da sociedade e como eram consideradas seres inferiores, deveriam ser banidas do convívio social sem ao menos terem o direito de defesa.

Como tudo o que conhecemos sofre transformações, o pensamento da sociedade também mudou depois do nascimento de Jesus Cristo. Para os cristãos, o modo de tratar aqueles que eram considerados diferentes mudou completamente. Não há muitos relatos desse período, além dos que estão registrados na Bíblia. Mas é sabido que os preceitos e ensinamentos cristãos pressupunham o amor, a aceitação e a igualdade entre seres : o nascimento de Jesus mudou toda a história da humanidade.

Para Jesus Cristo todos tinham direito à vida e os diferentes não eram mais considerados pecadores, todos eram seres humanos e amados por Deus. Esses valores passaram a povoar o pensamento e as ações de muitas sociedades, inclusive a nossa. Temos a consciência de que a sociedade não evoluiu assim tão rapidamente, e que foi através de um longo processo que envolveu grandes desafios, tendo em vista que as mudanças só foram significativas a partir do momento em que a própria sociedade aceitou as mudanças culturais.

É somente na Idade Média que surgem registros mais precisos sobre a educação de surdos. É também nesse período que surgiram os primeiros trabalhos no sentido de educar a criança surda. Muitas foram as lutas e poucas as vitórias, mas as conquistas que surgiram com o passar dos anos, conseguiram organizar “a comunidade e cultura surdas”, com a aquisição de um jeito próprio de viver e o respeito ao uso da língua de sinais. Segundo Fernandes, “os surdos transmitem sua cultura e língua visuais, de geração em geração, apenas quando da possibilidade da convivência efetiva entre adultos e crianças surdas”. (1990, p. 61).

Fernandes (1990) deixa claro que as relações entre a comunidade surda estão voltadas para o uso da língua que passa de uma geração para outra, dentro e fora da família, e evidencia a diferença da comunidade surda em relação a outros grupos sociais.

De acordo com alguns relatos históricos, pouco se sabe sobre a educação de surdos antes do final da Idade Média. Parece que não havia interesse em educar surdos, pois a sociedade não acreditava no potencial dessas pessoas, considerando-se, inclusive, o fato de que os surdos eram vistos como seres primitivos condenados por uma deficiência cujo o único resultado era a exclusão da vida familiar e do convívio dos grupos sociais.

Com base no texto a “História do Surdo”, é somente no século XVI, que surgem os primeiros educadores surdos na Espanha, França, Inglaterra e Alemanha. Entre eles podemos citar os nomes de alguns educadores que ficaram conhecidos mundialmente,

como: Rudolphus Agricola (1493-1485), Girolamo Cardano (1501-1576), Pedro Ponce de Leon (1520- 1584), Juan Pablo Bonet, Adde Charles de' Leppe (1712-1789) e Samuel Heinicke (1727-1790).

Esses pesquisadores tentaram provar com seus estudos que os surdos seriam capazes de aprender a ler, escrever e calcular, uma vez que até aquele momento os surdos utilizavam gestos para a comunicação, e no ambiente familiar não havia comunicação, causando o isolamento do surdo. Acerca disso temos o discurso do médico e filósofo Girolamo Cardano (1501-1576) citado por Fernandes :

“É possível pôr um surdo-mudo condições de ouvir pela leitura e falar pela escrita (...), pois assim com sons diferentes são convencionalmente usados para significar coisas diferentes, também pode acontecer com as várias figuras de objetos e palavras (...) características e ideias escritas podem ser relacionadas sem a intervenção de sons”. (Girolamo Cardano 1501-1576 apud Fernandes, p. 119)

Talvez essa afirmação seja o marco inicial para o avanço da educação de surdos no mundo. Pensamentos como estes cheios de esperanças visualizavam os surdos como pessoas com capacidades para adquirir o conhecimento escolar. Essas ideias abrem caminhos para novas pesquisas em diferentes países da Europa.

O século XVIII foi considerado o período mais próspero para a educação de surdos. Nesse período houve a fundação de escolas destinadas ao ensino exclusivo de surdos. Acerca disso, Sacks faz um comentário crítico sobre a educação de surdos:

“Esse período que agora parece uma espécie de época áurea na história dos surdos testemunhou a rápida criação de escolas para surdos em todo mundo civilizado; a saída dos surdos da negligência e da obscuridade; sua emancipação e cidadania; a rápida conquista de posições de eminência e responsabilidade - escritores, engenheiros, filósofos e intelectuais surdos, antes inconciliáveis, tornavam-se subitamente possíveis”. (SACKS, 1989, p. 37).

A tentativa de resgatar as perdas dos surdos começou de uma forma rápida. Vale lembrar que, a educação formal de surdos foi esquecida por muito tempo e, de repente, professores e pesquisadores se voltam para a educação de surdos no sentido de discutir e pesquisar alternativas de inseri-los na sociedade e fortalecer seu reconhecimento enquanto cidadãos dotados de capacidades e habilidades.



De acordo com os relatos históricos, durante o século XVI, o monge espanhol Pedro Ponce de León (1520-1584), ficou conhecido como o primeiro professor de surdos, pois ensinava os nobres surdos a ler, escrever e a fazer cálculos com base em gestos que utilizavam nos mosteiros que servia como um código secreto. Devido à regra de silêncio podemos deduzir que esses códigos deram início à língua de sinais.

Como podemos visualizar a partir das contribuições teóricas, a história da educação de surdos é cheia de altos e baixos. Em determinado período da história de surdos as escolas abandonam o uso da língua de sinais e proíbem qualquer meio de comunicação que use gestos. Tais decisões são consequências do famoso Congresso de Milão de 1880, cujo debate acerca da educação de surdos fez com que se decidisse que a melhor forma de educar os surdos seria por meio do “oralismo”. De acordo com Gesser, essa decisão de oralizar o surdo veio por meio da influência de Alexandre Graham Bell: (...) “A surdez era uma aberração para a humanidade, pois perpetuava características genéticas negativas.” (Gesser, 2009, p. 50)”.

Houve, nesse período, uma regressão na educação de surdos,, pois os pesquisadores proibiram qualquer contato entre surdos e, como consequência, não era possível fazer uso da língua de sinais. Para esclarecer sobre a corrente oralista, Goldfeld afirma que:

“O oralismo, ou filosofia oralista, usa a integração da criança surda à comunidade de ouvintes dando-lhe condições de desenvolver a língua oral. O oralismo percebe uma deficiência que deve ser minimizada através da estimulação auditiva”. (GOLDFELD,1997, p. 30 e 31)

A partir desse momento a educação de surdos estava focada apenas em descobrir métodos que ensinassem os surdos a falarem. Assim, a educação de surdos passou a ser medicalizada, enfatizando a audição, a fala e a linguagem. Por muito tempo, médicos e escolas se dedicaram a essa prática desrespeitosa, discriminadora e violenta.

E mais uma vez a sociedade, com sua forma de impor padrões, ditava como o surdo deveria fazer: ouvir com o uso de aparelhos e técnica labial e falar com a ajuda de exercícios, para que a deficiência fosse superada e os surdos se encaixassem nos padrões sociais.

Samuel Heinicke (1727-1790) ficou conhecido como fundador do oralismo. Para Heinicke era impossível o surdo se comunicar através de gestos. A esse respeito Fernandes também diz que:

“A utilização de gestos ou mímica, como eram denominados os sinais à época, significava caminhar em direção contrária ao avanço do aluno, e a oralização era necessária para que os contatos sociais dos Surdos não fossem restritos aos seus semelhantes”. (FERNANDES, 1990, p.34 e 35)

Mediante a posição dos autores, percebemos que nessa época se expressar através de sinais significava um retrocesso à vida do aluno surdo. Seu contato se limitava apenas a pessoas do seu próprio grupo. Entretanto, em oposição a esses e demais pesquisadores, Charles Michel L'Epée criou um novo método com base no uso de sinais, que teve uma grande repercussão na década de 1780 e que se estendeu a vários surdos por toda Europa.

L'Epée acreditava que mímica seria a língua natural dos surdos. Com base nesse pensamento combinou os gestos com a gramática sinalizada. Esse método proporcionou que os surdos lessem e escrevessem e compreendessem o que lhes era dito, com a ajuda de um intérprete.

Não se pode negar as contribuições de L'Epée em relação às conquistas educacionais dos surdos, pois pela primeira vez os surdos foram tratados com respeito e não como meros objetos, como fez Heinicke. Entre tantas discussões sobre como educar os surdos, só haveria em um único erro: não perguntar para os maiores interessados o que eles pensavam a respeito dos métodos educativos.

Somente o método de L'Epée não garantiu a autonomia da língua de sinais que ainda era baseada em gestos. A filosofia oralista predominou em todo o mundo até a década de 60, até o pesquisador americano Willian Stoke publicar um artigo defendendo a língua de sinais americana, como uma língua como qualquer outra, por possuir regras gramaticais próprias e ter características de línguas orais.

Esse foi o passo que contribuiu para que muitos professores e pesquisadores dessem continuidade ao tema e publicassem artigos defendendo a língua de sinais. Aos poucos o oralismo ficou em segundo plano nas salas de aula introduzindo-se a língua de sinais no contexto escolar.

### **3.2. A educação de surdos no Brasil**

A trajetória social das pessoas surdas sempre esteve dialeticamente implicada com a concepção de homem e de cidadania ao longo do tempo. A rigor, a história da

educação de surdos no Brasil é um pequeno capítulo da longa história em todo o mundo.

Os surdos eram privados dos direitos de cidadãos da época e destinados a sofrer restrições civis, religiosas e, conseqüentemente sociais num tempo em que os religiosos exaltavam a voz e o ouvido como a única e verdadeira forma pela qual Deus e o homem podiam falar.

Posteriormente, houve o reconhecimento de que não há surdez absoluta e que os restos auditivos podem ser utilizados e desenvolvidos. No entanto, as pessoas surdas, ao longo do caminho, enfrentam descrédito, preconceito, piedade e loucura.

No Brasil, somente em 1857, por iniciativa do imperador Dom Pedro II, veio do Instituto Nacional para Surdos-Mudos da França o padre HarnestHuet, com objetivo de fundar a primeira escola de surdos na cidade do Rio de Janeiro, atual Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES. HarnestHuet era professor surdo que trouxe o método de ensino de L'Épée. A partir do trabalho dele originou-se a Língua de Sinais Brasileira através da combinação da Língua de Sinais Francesa com os sistemas utilizados pelos surdos de várias regiões do Brasil.

Quando em Milão, na Itália, em 1880, realizou-se o Congresso Internacional de Surdo Mudez, ficou definido que o método oral era o mais adequado na educação do surdo. Nesse congresso, a visão oralista defende que só através da fala o indivíduo surdo poderá ter seu desenvolvimento social. Desse modo, o domínio da língua oral torna-se condição básica para sua aceitação em uma comunidade majoritária.

No Brasil constatou-se que a grande maioria dos surdos submetidos ao processo de oralização não falam bem, não fazem leitura labial, nem tampouco participam com naturalidade da interação verbal, pois há uma discrepância entre os objetivos do método oral e os ganhos reais da maioria dos surdos. Apenas uma pequena parcela da totalidade de surdos apresenta habilidade de expressão e recepção verbal razoável. Os profissionais e a comunidade surda reconhecem as defasagens escolares, que impedem que o surdo adulto participe do mercado de trabalho. Em todo Brasil, é comum haver surdos com muitos anos de vida escolar nas séries iniciais sem uma produção escrita compatível com as séries, além de defasagens em outras áreas.

“Através da pesquisa realizada por profissionais da PUC do Paraná em convênio com CENESP (Centro Nacional de Educação Especial), publicada em 1986 em Curitiba, constatou-se que o surdo apresenta muitas dificuldades em relação aos pré-requisitos quanto à escolaridade, e 74% não chega a concluir o 1º grau. Segundo a FENEIS (Federação Nacional de Educação e

Integração dos Surdos), o Brasil tem aproximadamente 5% da população surda total estudando em Universidades e a maioria é incapaz de lidar com o português escrito”. (FENEIS, 1995, p.7).

Essa realidade de fracasso é enfim, os resultados de uma gama complexa de representações sociais sejam históricas, culturais, linguísticas, políticas respaldadas em concepções equivocadas que reforçam práticas em que o surdo é condicionado a superar a deficiência, buscando tornar-se igual aos demais. Com a constatação de tais realidades e dos resultados apresentados sobre os surdos, o bilinguismo e as questões implicadas nessa proposta educacional se apresentam como uma das formas de subsidiar a reflexão sobre a educação da pessoa surda.

### **3.3. A educação de surdos no ACRE e em CRUZEIRO DO SUL**

Em 1987 no Estado do Rio de Janeiro, criação da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos – FENEIS, que é uma entidade não governamental, registrada no Conselho Nacional de Serviço Social, sendo filiada a Word Federation of The Deaf. No ano de 1984, em Rio Branco, estado do Acre, foi criada a escola especial para surdos – CEADA, atualmente Centro Estadual de Educação de Surdos Prof<sup>a</sup> Hermínia Moreira Maia – CEES. No dia 24 de abril de 2002, foi homologada a Lei Federal nº 10.436 que reconhece a Língua Brasileira de Sinais como língua oficial da comunidade surda brasileira.

No Acre, a Língua Brasileira de Sinais – Libras foi trazida pela Igreja Batista do Bosque. Em meados dos anos 90 e no final do ano 1999, professores do CEES (antigo Ceada) participaram do primeiro curso de Libras ministrado pela igreja. Posteriormente, outros foram oferecidos em parceria com a Secretaria de Estado de Educação.

As mudanças foram acontecendo devagar no Acre, por não se saber ao certo qual seria a melhor abordagem para o indivíduo surdo. Além disso, houve também preconceitos por parte dos ouvintes. Hoje, contudo, a situação vem melhorando através de cursos, estudos, congressos e uma série de outras atividades. Finalmente, em 24 de janeiro de 2003 foi homologada no Acre a Lei Estadual nº 1.487 que reconhece a Língua de Sinais Brasileira. Sequencialmente, no ano de 2005 foi criado em Rio Branco o Centro de Formação de Profissionais da Educação e de Atendimento as Pessoas Com Surdez – CAS/AC.

A Inclusão de Alunos surdos no município de Cruzeiro do Sul, Acre, teve início no ano de 2006, através do Curso Saberes e Práticas da Inclusão, publicado pelo MEC,

em 2005, onde o objetivo era promover a discussão e reflexão sobre os conceitos de inclusão.

O NAPI (Núcleo de Apoio Pedagógico a Inclusão) tem como objetivo primordial, promover e difundir a inclusão dos alunos com deficiência no Ensino regular de ensino visando à complementação do atendimento educacional comum, no contra turno da escolarização, promovendo cursos de capacitação e formação continuada e produções de materiais à comunidade escolar dentro das especificidades. No momento, o estado necessita de professores ouvintes interessados e envolvidos nestes estudos, para aperfeiçoar o processo de ensino-aprendizagem na sala de aula. Precisa também de pais e familiares de surdos “aprendentes” de Libras, para que haja mais relacionamento e intimidade com os surdos, tornando-os realmente parte integrante da família e da sociedade.

Na área da surdez existe uma equipe, 05 (cinco) professores responsáveis pelas capacitações. Dois desses são instrutores surdos que ministram cursos de Libras em contextos para professores e comunidades em geral. Há uma carência por falta de instrutores surdos, pois os mesmos não terminaram o Ensino Médio e apresentam uma defasagem idade/série devido à entrada tardia na escola. No quadro de profissionais também estão incluídos 15 (quinze) intérpretes de Língua de Sinais e professores de sala de recursos que trabalha no AEE – Atendimento Educacional Especializado.

O AEE em Libras fornece a base conceitual dos conteúdos curriculares desenvolvidos em sala de aula. Esse atendimento contribui para que o aluno com surdez participe das aulas, compreendendo o que é tratado pelo professor e interagindo com seus colegas. Trata-se de um trabalho complementar ou suplementar ao que está sendo estudado. O AEE para alunos com surdez, na perspectiva inclusiva, estabelece como ponto de partida a compreensão e o reconhecimento do potencial e das capacidades dessas pessoas.

Os alunos surdos incluídos são no total 26 (vinte e seis) distribuídos em 11 (onze) escolas no ensino infantil, fundamental e médio na zona urbana e rural. Atualmente há 26 (vinte e seis) intérpretes distribuídos na zona urbana e rural, sendo que, houve um acréscimo referente ao número de surdos que estão atuando como instrutores nos cursos de formação em Libras, sendo 05 (cinco) surdos instrutores no total. Todos já concluíram o ensino médio e 01(um) cursa nível superior em Pedagogia em uma universidade particular; 01(um) cursa Processos Escolares em um Instituto Federal e 02 (dois) aguardam o início das aulas no Campus Floresta de Cruzeiro do Sul,

para cursarem Pedagogia. Analisando dados anteriores e os dados atuais percebe-se um avanço na área educacional dos surdos.

É atribuição do professor deste atendimento o planejamento do AEE em Libras bem como obedecer as seguintes etapas:

- Acolhimento de todos os alunos, que precisam ser valorizados, mantendo uma relação de respeito e confiança com o professor.

- A identificação das habilidades e necessidades educacionais específicas dos alunos contemplando a avaliação inicial dos conhecimentos dos alunos.

- Parceria com professores da sala de aula comum para a discussão dos conteúdos curriculares, objetivando a coerência entre o planejamento das aulas e do AEE. Esse planejamento propicia uma organização didática bem estruturada que contribuirá para a compreensão dos conceitos referentes aos conteúdos curriculares, possibilitando aos alunos com surdez estabelecer relações e ampliar seu conhecimento acerca dos temas desenvolvidos em Língua Portuguesa e em Libras.

- Aprofundamento da Libras, a necessidade de criação de novos sinais e o aprofundamento dos conhecimentos nessa Língua

Um dos aspectos que deverá promover a qualidade na inclusão dos alunos surdos no ensino regular, passa pela formação docente que contemple teórica e didaticamente os aspectos a serem trabalhados com essas pessoas. Daí a necessidade de elaboração de cursos e políticas públicas. Assim, a escola precisará garantir uma aprendizagem significativa, não só para este aluno, mas para os outros que aprenderão a conviver com as diferenças.

#### **4. LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS**

A Lei nº 10436/02 reconhece a Língua Brasileira de Sinais – Libras como meio legal de comunicação e expressão, determinando que sejam garantidas formas institucionais de apoiar seu uso e difusão, bem como a inclusão da disciplina de Libras como parte integrante do currículo nos cursos de formação de professores e de fonoaudióloga.

Como amplamente discutido nos itens acima, as inúmeras pesquisas sobre as Línguas de Sinais vem sinalizando para o fato de que esta língua é comparável em complexidade a quaisquer línguas orais. Assim, é correto afirmar que as pessoas que

falam línguas de sinais expressam sentimentos, emoções e quaisquer ideias ou conceitos abstratos. Tal como falante de línguas orais, os usuários podem discutir filosofia, literatura, assuntos cotidianos, etc. Nessa língua, além de transitar por diversos gêneros discursivos, criam poesias, fazem apresentações acadêmicas, peças de teatro, contam e inventam histórias e piadas, por exemplo. Emmanuelle Laborrit, surda francesa, em seu belíssimo livro “O vôo da gaivota”, afirma: “Os sinais podem ser agressivos, diplomáticos, poéticos, filosóficos, matemáticos: tudo pode ser expresso por meio de sinais, sem perda nenhuma de conteúdo”.

Como toda Língua, a Língua de Sinais constrói seu vocabulário, com novos sinais introduzidos pelas comunidades surdas, em resposta às mudanças culturais e tecnológicas, dessa forma, a cada necessidade surge um novo sinal, desde que seja aceito pela comunidade surda.

É interessante destacar que, embora cada Língua de Sinais tenha sua própria estrutura gramatical, surdos de países com línguas de sinais diferentes comunicam-se com mais facilidade uns com os outros, fato que não ocorre entre falantes de línguas orais, que necessitam de um tempo bem maior para um entendimento. Isso se deve à capacidade que as pessoas surdas têm em desenvolver e aproveitar gestos e pantomimas para a comunicação e estarem atentos às expressões faciais e corporais das pessoas e devido ao fato dessas línguas terem muitos sinais que se assemelham às coisas representadas.

Como toda Língua, as Línguas de Sinais aumentam seus vocabulários, com novos sinais introduzidos pelas comunidades surdas, em resposta às mudanças culturais e tecnológicas, assim cada necessidade surge um novo sinal desde que seja aceito pela comunidade surda.

A Libras é uma Língua de modalidade gestual visual que utiliza como canal ou meio de comunicação, movimentos gestuais e expressões faciais que são percebidos pela visão, portanto, diferencia da Língua Portuguesa, uma Língua de modalidade oral auditiva, que utiliza, como canal ou meio de comunicação, sons que são percebidos pelos ouvidos. A Língua de Sinais tem uma gramática própria e se apresenta estruturada em todos os níveis, como as Línguas orais: fonológico, morfológico, sintático e semântico. Além disso, podemos encontrar nela outras características: a produtividade/criatividade, a flexibilidade, a descontinuidade e a arbitrariedade.

Os sinais são formados a partir da combinação do movimento das mãos com um determinado formato em um determinado lugar, podendo este ser uma parte do corpo ou

um espaço em frente ao corpo. Estas articulações das mãos, que podem ser comparadas aos fonemas e às vezes aos morfemas são chamadas de parâmetros, portanto, nas Línguas de Sinais podem ser encontrados os seguintes parâmetros: Configuração de mão, Ponto de articulação, Orientação/Direcionalidade, Movimento, Expressão Facial e corporal.

No Brasil, o alfabeto manual é composto de 27 formatos (contando o grafema ç que é a configuração de mão da letra c com movimento trêmulo). Cada formato da mão corresponde a uma letra do alfabeto do português brasileiro (vide quadro em apêndices).

A datilologia (alfabeto manual) que é usado para expressar nome de pessoa, de localidades e outras palavras que não possuem um sinal, está representada pela palavra separada, letra por letra e por hífen.

Várias implicações sociais, políticas, educacionais, psicológicas e linguísticas decorrem dessa proibição. Porém, o que a história nos mostra é a língua de sinais, diferentemente da maioria das línguas minoritárias não morreu e não morrerá porque enquanto tivermos dois surdos compartilhando o mesmo espaço físico, haverá sinais. Essa é a ironia da tentativa desenfreada de coibir seu uso: o agrupamento nos internatos que pregavam o oralismo a todo custo serviu para os surdos se identificarem como pares constituintes de um grupo, passando a usar, disseminar e reforçar um eventual sentimento de valorização dos sinais e da identidade cultural surda.

#### **4.1. Características da língua de sinais**

Como já sabemos, as línguas de sinais possuem características semelhantes às línguas orais auditivas. Como também possuem características próprias. Entre as quais podemos citar que as línguas de sinais utilizam uma modalidade visual espacial, que quer dizer que é uma língua que precisa do espaço visual para que haja comunicação, interação entre as pessoas no momento que estão interagindo. De acordo com Lucinda Ferreira Brito (1995, p.11)

“O canal visual-espacial pode não ser o preferido pela maioria dos seres humanos para o desenvolvimento da linguagem, posto que a maioria das línguas seja orais-auditivas, porém é uma alternativa que revela de imediato a força e a importância da manifestação da faculdade de linguagem nas pessoas”. (BRITO, 1995, p.11)



Dessa forma, as línguas de sinais ainda pertencem a um grupo pequeno de usuários, sendo que as pessoas que utilizam as línguas orais são um número consideravelmente grande. Ainda assim, diante do preconceito das pessoas, esse pequeno grupo linguístico consegue se expressar por meio de uma linguagem própria e tão natural quanto qualquer outra.

Ainda com relação às características dessas línguas, podemos fazer alusão à arbitrariedade do signo linguístico, ou seja, a conexão que existe entre a imagem acústica fônica. Nas línguas de sinais é possível perceber a relação icônica de traços semânticos referentes ao significado, por isso, muitos sinais reproduzem imagens do referente. O que vale deixar claro é que nas línguas orais o significado vem pela parte sonora.

Outra característica importante que pode ser percebida, é a relação das frases durante uma conversa entre surdos e ouvintes. É possível representar por meio da língua de sinais os tipos de frases como as declarativas, interrogativas, exclamativas, imperativas, que ilustra uma situação que aconteceu ou está acontecendo. Para que tal atitude tenha êxito é necessário se fazer uso de recursos da expressão facial e corporal. É através desse mecanismo que o surdo compreende e percebe as emoções que o corpo deseja transmitir. Dessa forma, Quadros (1995, p.1) fala acerca desse recurso utilizado pelos surdos como de suma importância para a comunicação: “[...] os surdos utilizam a expressão facial e corporal para omitir, enfatizar, negar, afirmar, questionar, salientar, desconfiar e assim por diante”.

Finalizando as características referentes às línguas de sinais e línguas orais, podemos dizer que há universais linguísticos encontrados nas duas modalidades de línguas. São aspectos referentes à estrutura gramatical que está presente em ambas as línguas. Assim, onde houver seres humanos, haverá línguas e existirá comunicação. Todas as línguas são complexas e igualmente capazes de expressar qualquer ideia. É fato que todas as línguas mudam ao longo do tempo, pois há alterações em sua estrutura. Nem sempre os sinais têm relação com o significado, sendo em sua maioria arbitrários, ou seja, existe a motivação icônica como também sinais que não possuem motivação. Todas as línguas utilizam um conjunto finito sons (ou gestos) para formar o significado, assim todas as gramáticas contêm regras semelhantes para formação de palavras e sentenças. Sabemos que todas as línguas faladas têm uma classe de vogais e uma classe de consoantes, já nas línguas de sinais existem segmentos discretos na composição dos sinais.

Ainda devemos levar em consideração que todas as línguas apresentam categorias gramaticais, como também universais semânticos e indicam tempo passado, negação, pergunta etc. Assim, falantes de todas as línguas são capazes de produzir e compreender sentenças e que toda língua tem meios de formar sentenças. Além dessas características citadas, existe uma que prevalece sobre as demais, que abarca todas as raças, todas as crianças nascidas em qualquer lugar do mundo são capazes de aprender a qualquer língua à qual é exposta.

O respeito ao próximo às diferenças é fundamental e, para que a língua de sinais seja aceita como a língua materna dos surdos, é preciso o respeito de todos nós.

#### **4.2. Mitos e verdades sobre as línguas de sinais**

Geralmente a Língua de Sinais nos remete não uma língua, mas o que conhecemos como gestos, mímicas e tantos outros termos que comumente ouvimos. A língua de sinais não é universal. Cada lugar possui sua própria língua, embora utilizem de gestos com as mãos e um espaço visual, as línguas de sinais não são iguais. Isso acontece porque ocorre uma variação linguística que varia de lugar para lugar, de modo que, procura atender as necessidades locais. Um exemplo bem claro é a língua de sinais brasileira, conhecida como Libras, onde a mesma pertence a uma comunidade que não a usa da mesma forma, porque cada região do Brasil possui especificidades diferentes. A respeito disso Gesser (2009) discute:

“A língua dos surdos não pode ser considerada universal, dado que não funciona como um decalque ou rótulo que possa ser colado e utilizado por todos os surdos de todas as sociedades de maneira uniforme e sem influências de uso”. (GESSER, 2009, p.12)

Da mesma forma que muitas pessoas acreditam que a língua de sinais é universal, ou seja, é falada e utilizada em todos os lugares da mesma forma, há quem acredite que a língua de sinais é artificial. A língua utilizada pelos surdos é natural, pois evoluiu como parte da cultura dos surdos e possui gramática e regras próprias. Tanto é língua que o mito de que a língua utilizada pelos surdos é mímica, não existe mais, pois sabemos que a mímica substitui a fala por meio de gestos.

Com o uso das línguas de sinais os surdos podem expressar conceitos abstratos como sentimentos, emoções e quaisquer outras ideias. Muitas pessoas pensam que as

línguas de sinais são uma espécie de código secreto. No passado temos consciência de que os surdos de alguma forma foram proibidos de utilizar as línguas de sinais e a utilizavam de forma secreta, mas hoje em dia, essa ideia não se respalda pelo fato de que a língua de sinais é reconhecida como uma língua perante a lei, que todos os que tem interesse podem ter acesso e aprender a comunicar-se com surdos.

Ainda prevalece a ideia de que a língua de sinais é uma forma de alfabeto manual, que as pessoas utilizam como código para se comunicar. É importante contextualizar essas ideias que a sociedade criou em volta da comunidade surda. Gesser (2009) diz que:

“Entretanto, é importante que se diga que o alfabeto manual tem uma função na interação entre os usuários da língua de sinais. Lança-se mão desse recurso para soletrar nomes próprios de pessoas e lugares, siglas, e algum vocábulo não existente na língua de sinais que ainda não tenha sinal”. (Gesser, 2009, p. 121)

Dessa forma, o alfabeto manual, ou mais popularmente conhecido como datilologia é um recurso utilizado para expressar o que não tem sinal, ou seja, para que haja interação entre surdos e ouvintes que conhecem Libras ou que não conhecem, mas tem o desejo em expandir a comunicação.

Devemos levar em consideração que o surdo é uma pessoa como qualquer outra e merece ser respeitado. Ainda que a Língua Brasileira de Sinais – Libras não seja uma língua isolada nem tão pouco uma língua universal, esta possui suas diferenças regionais, fato que a faz ser tão imprescindível a vida do surdo.

Acerca dos direitos linguísticos dos surdos Gesser (2009) destaca:

1. Direito a igualdade linguística;
2. Direito a aquisição da linguagem;
3. Direito de aprendizagem da língua materna;
4. Direito ao uso da língua materna;
5. Direito a fazer opções linguísticas;
6. Direito à preservação e à defesa da língua materna;
7. Direito ao enriquecimento e à valorização da língua materna;
8. Direito a aquisição/ aprendizagem de uma segunda língua;
9. Direito a compreensão e à produção plena;
10. Direito de receber tratamento especializado para distúrbios da comunicação;
11. Direito linguístico da criança surda;

Esses são alguns dos direitos linguísticos referente às pessoas surdas que compreendem a igualdade linguística como o direito a língua e o respeito. Além disso, o surdo deve aprender a língua de sinais ainda criança de preferência. Assim sendo, o surdo deve usar sempre a língua de sinais como sua língua materna, porque nela encontrará apoio e colaboradores para que a comunicação aconteça. O surdo tem direito a aquisição de uma segunda língua, devendo ser também alfabetizado na mesma, cujo objetivo é a comunicação. No caso do Brasil a língua de sinais é a Libras e a segunda é a Língua Portuguesa.

São esses os direitos que muitas vezes são tirados dos surdos quando a escola impõe o uso de uma língua que não pertence aos surdos e exige que ele domine a segunda língua. Temos que levar em conta a construção do conhecimento que o aluno faz a cada aula. Por isso é importante que o professor fique atento às dificuldades dos alunos como também aos seus avanços.

## **5. CONCEPÇÕES ACERCA DA AVALIAÇÃO**

Mesmo nos dias atuais os surdos ainda sofrem discriminação por parte de algumas pessoas desenformadas que compartilham da mesma opinião de algumas décadas atrás que acreditavam que o surdo não tinha direito a educação. Devido a esse tipo de pensamento, muitas vezes a identidade surda não é respeitada, ainda que a comunidade surda tenha conseguido alguns avanços em relação ao posicionamento da sociedade, como o direito a estudarem em uma escola regular, ou o reconhecimento da língua. Apesar de todos os esforços, escola ainda não está vivendo o processo de inclusão ideal, pois a permanência desses alunos na escola regular trouxe uma grande repercussão para os docentes, que teriam que aprender a trabalhar com alunos surdos ao mesmo tempo que trabalham com os demais alunos. Nesse sentido, surgiram alguns questionamentos de como seria a avaliação, como ensinar e como os alunos aprenderiam, como deveria ser feito o planejamento. Todo esse movimento deixou alguns educadores preocupados com a aprendizagem dos alunos e também por eles serem os primeiros a se adaptarem a essa nova realidade.

Assim, a escola regular teria que atender as necessidades educacionais de todos os alunos surdos. As práticas pedagógicas e o próprio currículo devem ser reformulados para atender as necessidades básicas dos educandos, uma vez que a escola é o lugar onde o aluno desperta seus interesses intelectuais e ao mesmo tempo pode compartilhar

com a sociedade. Também é o espaço para as reflexões críticas. Dessa forma, a escola não pode ser vista como um lugar onde são transmitidas ideologias que são tidas como verdades absolutas. De acordo com Freire (1996, p. 142): “[...] É que a ideologia tem que ver diretamente com a ocultação da verdade dos fatos, com o uso da linguagem para penumbrar ou opacizar a realidade ao mesmo tempo em que nos torna “míopes”.

É preciso que o educador reflita sobre a sua prática, pois, deve pensar na forma como leciona e se está atendendo as necessidades individuais e coletivas da turma. Um dos recursos que ajuda o professor a identificar se está realizando um bom trabalho é a avaliação. Durante a avaliação o professor tem a oportunidade de refletir sobre sua prática docente, como também rever os conceitos sobre ensino e aprendizagem e tentar perceber se os alunos estão entendendo o conteúdo. O ato de avaliar não serve como uma pausa para pensar a prática e retornar a ela, mas sim como um meio de julgar a praticar e torná-la estratificada. Acerca disso Luckesi (2006, p.35) diz:

“O momento de avaliação deveria ser um momento de fôlego na escalada, para em seguida ocorrer a retomada da marcha de forma mais adequada, especialmente quando o objeto da ação avaliativa é dinâmico como no caso a aprendizagem”. (Luckesi 2006, p.35)

A avaliação deve acontecer por uma necessidade do professor em averiguar a qualidade da aprendizagem e não por uma exigência da escola, ou para atribuir notas aos alunos. Sendo assim, a avaliação não deve ser classificatória, ou seja, definir as habilidades e competências dos alunos através de uma nota, julgando qual é o mais inteligente. Por esse motivo o professor precisa conhecer seus alunos e saber de suas necessidades básicas. No caso dos alunos surdos, o professor deve compreender que os alunos surdos possuem uma língua própria, assim o professor como mediador do conhecimento precisa buscar meios para ensinar esse aluno e ajudá-lo diante das dificuldades.

Para que tais coisas aconteçam é fundamental que o educador esteja bem preparado não desprezando o ato de planejar. Como sabemos é no planejamento que o professor elabora suas aulas e os procedimentos metodológicos que vai seguir. Durante o planejamento o professor deve pensar em quais conteúdos trabalhar e como avaliar os alunos.

O professor deve sempre pensar em uma avaliação diagnóstica, não apenas no início do ano letivo, mas aproveitar a avaliação para diagnosticar falhas na

aprendizagem como também poder ajudar os alunos que apresentam dificuldades em relação aos conteúdos, já que possuem uma bagagem cultural diferenciada. De acordo com Mello (2008), “apesar dessa constatação, não podemos inserir os que têm dificuldades para aprender num mesmo grupo e tratá-los como se fossem iguais”.

Concordamos com o autor porque temos consciência que na forma física os alunos surdos são iguais aos demais, mas temos que levar em consideração a capacidade cognitiva de cada um. Vygotsky (apud Feltrin, 2004) diz que:

“O aprendizado e consequentemente o crescimento do indivíduo se dá por dois meios, um através do meio em que vive, com as pessoas, cultura e de outro o próprio indivíduo, que deve se impor para que realmente haja crescimento e aprendizagem”. (Vygotsky apud Feltrin, 2004)

Sabemos que a avaliação apresenta várias concepções e que os professores discutem qual o melhor meio de avaliar e como avaliar. Também temos a consciência de que em nossas escolas somos vítimas de um sistema que nos obriga, muitas vezes, a fazermos avaliações de forma quantitativa onde números são cada vez mais expostos como referência de qualidade de ensino. Mas, o que realmente queremos saber com essa pesquisa é que a avaliação esteja a favor da aprendizagem dos alunos surdos. Há algumas concepções sobre a avaliação escolar. A primeira está voltada para a forma tradicional de ensino, que consiste na utilização dos exames como principal recurso para avaliar os alunos. Tal ato de avaliar acabou tornando a avaliação classificatória, de modo que os mais inteligentes seriam os melhores. Assim, os exames foram entrando na sociedade e na escola, pois através dos exames surgiram os concursos públicos, que acompanharam o modo de produção capitalista e como Afonso (2000) defende:

“É, portanto, ao longo do século XIX que se assiste à multiplicação de exames e diplomas, pondo em evidência o contínuo controle por parte do Estado dos processos de certificação. Como Karl Marx observou, o exame passa a mediar as relações mais amplas da cultura com o Estado, constituindo-se num vínculo objetivo entre o saber da sociedade civil e o saber do Estado”. (AFONSO, 2000, p.30)

Luckesi (2003) sustenta essa ideia ainda hoje nas escolas públicas e privadas do nosso país, que os professores praticam exames em vez de praticarem uma avaliação voltada para aprendizagem. O autor não rejeita a ideia de se utilizar exames para medir conhecimentos, apenas questiona a sua utilidade dentro do âmbito escolar, pois os

concursos públicos exigem classificação e os exames devem ser com esse fim. Para Luckesi (2003):

“A sala de aula é o lugar onde, em termos de avaliação, deveria predominar o diagnóstico como recurso de acompanhamento e reorientação da aprendizagem, em vez de predominarem os exames como recursos classificatórios”. (LUCKESI, 2003, p. 47)

A segunda concepção sobre avaliação escolar é a que os professores utilizam como aquela que vai medir o grau de conhecimento dos alunos. Teve sua origem no início do século XX, nos Estados Unidos ficando conhecida como pedagogia tecnicista. Por muito tempo a escola confundiu avaliar com medir. Não podemos desprezar as contribuições da psicologia com os testes padronizados para medir as aptidões dos alunos. Dessa forma, Dias Sobrinho (2003, p. 17), fala da maneira como a escola avaliava:

“Embora consideremos hoje importante distinguir avaliação e medida, naquele momento, esses termos se tornavam um pelo outro. A avaliação era eminentemente técnica, consistindo basicamente em testes de verificação, mensuração e quantificação de resultados”. (Dias Sobrinho 2003, p. 17)

Na terceira concepção sobre a avaliação, temos a que discute a forma de avaliar para classificar ou regular que nada mais é do que uma crítica a concepção tradicional. Estase refere à possibilidade de classificar os alunos. Seria mais ou menos como dar títulos aos educandos de forma que aluno A é o mais inteligente da turma e aluno B é mais preguiçoso, pois nesse ato de avaliar não se levam em consideração os conhecimentos prévios de nossos alunos. Esse processo consiste em duas formas de avaliar: a formativa e a somativa.

De acordo com Chueiri (2008), “a avaliação formativa preocupa-se com o processo de apropriação dos saberes pelo aluno, a somativa apoia-se em uma lógica ou em uma concepção classificatória, cuja a função é de verificar se houve aquisição de conhecimento”.

A quarta concepção vem discutir a forma da avaliação para qualificar, mas não da forma de classificação. Esse tipo de avaliação visa a qualidade do ensino que pode ser atribuído por meio de uma nota ou um conceito de qualidade. Além disso, a avaliação qualitativa tanto se preocupa com os alunos como com a qualidade da aprendizagem dos mesmos. Na opinião de Esteban (2003):

“A avaliação qualitativa tenta responder à imposição de avaliação qualitativa apreender a dinâmica e a intensidade da relação aprendizagem-ensino, porém articulada por princípios que sustentam o conhecimento – regulação - mercado, Estado e comunidade”. (ESTEBAN, 2003, p.26)

O que pretendemos mostrar com essas concepções sobre avaliação escolar é que elas ainda existem e se fazem presente na escola e nas práticas avaliativas. Também temos a consciência de que os professores saem da sua formação acadêmica cheios de sonhos e esperanças e que cada uma adota o método que mais se adequa ao seu perfil de educador e que teremos em sala de aula professores dos mais variados tipos desde os mais tradicionais aos mais dinâmicos. O que vale ressaltar é que sobre as concepções avaliativas não há um único método correto, por isso os professores devem ter consciência de como utilizarão a avaliação, se ela será a favor ou contra a aprendizagem.

### **5.1. Avaliação educacional revendo conceitos e mudando pensamentos**

Os conceitos relativos à educação das pessoas com necessidades educacionais especiais, numa linha de tempo, têm sido definidos segundo os interesses da classe dominante, motivados pela concepção de homem, de sociedade e do próprio processo educativo que a ela interessa, especialmente quando capitalista, como ocorre no Brasil, onde o que vale é a competência e a produtividade.

Conforme Maria de Fátima Minetto,

“conhecer o aluno e o professor, suas características pessoais e o campo de relações sociais nas quais está envolvido permite-nos redimensionar as ideias ainda vigentes sobre o diferente, visto que é na diversidade das relações que nos constituímos como sujeito de um determinado tempo, de uma dada cultura, ou seja, que construímos nossas possibilidades de ser, de fazer e aprender sobre nós e sobre o mundo.” (MINETTO, Maria de Fátima, 2008, p. 34)

Concomitante, é preciso aprender a avaliar nossos alunos, pois o ato de avaliar em si caracteriza-se pelo seu diagnóstico e pela sua inclusão. É preciso quebrar alguns paradigmas do passado referentes à avaliação, pois muitos de nós enquanto professores e formadores de opinião são meros reprodutores de um sistema ideológico que chegamos a reproduzir da mesma forma de ensinar conteúdos e de avaliar os alunos, da



mesma forma que nossos professores fizeram quando éramos crianças. Para Luckesi (2011), aprender avaliar significa “aprender os conceitos teóricos sobre avaliação, mas concomitante a isso, aprender a praticar a avaliação, traduzindo-a em atos do cotidiano. Aprender conceitos é fácil, o difícil mesmo é passar da compreensão para a prática”.

Para esse educador, pode aprender sobre avaliação em livros, sites, revistas, enfim há muitas opções, mas só será possível aprender de verdade usando a prática, sempre buscando renovar as fontes de conhecimentos já que esse não é pronto e inacabado. Sempre há algo para se aprender. É preciso que o professor faça uma reflexão sobre sua prática e perceba as mudanças que deve fazer em sua sala de aula. Assim, segundo Luckesi (2011) diz que: “Olhar para a nossa prática pode ser uma grande oportunidade de aprender”.

Para que a avaliação tenha sucesso é preciso que ela siga alguns critérios como os objetivos, pois qualquer atividade do cotidiano precisa ter metas para serem alcançadas e esses objetivos são expostos no planejamento que o professor executa antes de ir para a sala de aula.

Ainda de acordo com a Wikipédia, a avaliação educacional tem algumas características que consiste em o aluno saber para que a professora trabalha tal conteúdo, como está sendo avaliado e quais métodos será utilizado. O educador deve revisar sempre que tiver dúvidas o seu plano de ensino, para rever os objetivos e assim propor uma reflexão diante de sua prática.

Podemos falar da tarefa da avaliação como sendo algo que deve orientar e guiar o aluno no processo educativo, onde a avaliação deve servir de base para o professor conhecer melhor seu aluno e assim poder ajudá-los. O professor não avalia só com provas ou trabalhos, o educador deve avaliar os cadernos, o comportamento, o relacionamento com os colegas. Cabe ao docente organizar arquivos para anotar o desenvolvimento dos alunos.

É durante a avaliação que é possível identificar quais as dificuldades na aprendizagem. E como a avaliação é constante, deve ser realizada ao mesmo tempo, mas com muita atenção para superar essas limitações. Já que esse procedimento visa detectar as dificuldades encontradas pelos próprios alunos, os resultados de uma avaliação devem ser para regularizar, corrigir, melhorar a qualidade do ensino.

## **5.2. Como avaliar o aluno com surdez**

A forma como o professor deve pensar em avaliação para os alunos surdos deve ser da mesma forma que ele avalia os demais. Tendo os mesmos procedimentos durante o planejamento, tendo em vista que avaliação é o resultado obtido por uma nota que faz referência a qualidade da aprendizagem.

É no planejamento que são elaboradas as aulas, os recursos, as dinâmicas em sala de aula e o mais importante como avaliação será feita durante a execução dos conteúdos. Podemos dizer que o planejamento é um momento de reflexão para o educador repensar sua metodologia diante da turma, analisar o que está dando certo e pensar nas atividades cujos objetivos não foram alcançados pela turma. Sendo assim, Vasconcellos (2006, p.79), diz que:

“Planejar é antecipar mentalmente uma ação a ser realizada e agir de acordo com o previsto. Planejar não é, pois, apenas algo que se faz antes de agir, mas é também agir em função daquilo que se pensou. Portanto, planejar é também se comprometer com a concretização daquilo que foi elaborado enquanto plano”.

Dessa forma, o planejamento torna-se contínuo, mas de uma forma dinâmica que não tira a autonomia do professor em realizar um ótimo trabalho. O ato de planejar vem fazer algo acontecer. É nesse momento que o educador tem que estar atento a realidade da turma, pois a mesma não é homogênea e nunca será, cada aluno possui uma necessidade diferente em relação a aprendizagem. No caso dos alunos surdos o professor tem que levar em consideração que a língua portuguesa é uma segunda língua para os surdos, onde os mesmos deverão ser avaliados tanto de forma escrita como na forma oral, que no caso utilizarão a língua de sinais com a ajuda de um professor intérprete.

Acreditamos que os educadores deveriam discutir a avaliação como uma das causas para o fracasso escolar de muitos surdos no nosso país. Pois atualmente a escola está voltada para ensinar e cobrar aquilo que os exames que são exclusivos pedem. É nesse momento que a escola como um todo não está voltada para a qualidade da aprendizagem do aluno. Cada vez mais temos professores que estão preocupados com uma avaliação quantitativa que vai ser expresso em números, quantos mais alunos aprovados, mas será bem visto o trabalho do professor.

Por esses motivos até aqui discutidos, é que apresentamos alguns aspectos importantes para a forma como o professor deve avaliar o aluno com surdez e as demais deficiências. Uma das alternativas que o docente deve ter em mente é quebrar todos os

paradigmas que tem em relação ao aluno com surdez, tentar romper com os velhos preconceitos e aceitar os alunos do jeito que são sem cobrar deles coisas absurdas que não estão ao seu alcance durante o ato avaliativo. Levando em consideração que todos têm suas dificuldades independentes de ser ou não deficientes.

Assim, pensarmos numa avaliação inclusiva seria refletirmos sobre o que nos fala o Marco Político Legal da Educação Especial, que em seu capítulo VI, página 24 fala o seguinte sobre avaliação:

“A avaliação pedagógica como processo dinâmico considera o conhecimento prévio e o nível atual de desenvolvimento do aluno quanto às possibilidades de aprendizagem futura, configurando uma ação pedagógica processual e formativa que analisa o desempenho do aluno em relação ao seu progresso individual, prevalecendo na avaliação os aspectos qualitativos que indiquem as intervenções pedagógicas do professor”.

Como nós podemos perceber não se deve avaliar só por avaliar e em relação ao aluno surdo deve se partir de um conhecimento prévio, visto que sua memória é visual e deve ser feito uma revisão antes de cada aula iniciar se possível utilizando imagens para que o aluno venha compreender o que o professor esta ensinado, claro que o aluno surdo deve contar com o apoio pedagógico de um intérprete de língua de sinais.

Em seu texto “Como avaliar o aluno com deficiência?” A autora Mara Lúcia Sartoretto, fala que é de fundamental importância que a comunidade escolar crie uma nova cultura sobre a aprendizagem e avaliação, mas o importante mesmo de acordo com a autora é eliminar:

- ❖ O vínculo a um resultado previamente determinado pelo professor;
- ❖ O estabelecimento de parâmetros com os quais as respostas dos alunos são sempre comparadas entre si, como se o ato de aprender não fosse individual;
- ❖ O caráter de controle, adaptação e seleção que a avaliação desempenha em qualquer nível;
- ❖ A lógica de exclusão, que se baseia na homogeneidade inexistente;

- ❖ A eleição de um determinado ritmo com ideal para a construção da aprendizagem de todos os alunos.

O que Sartoretto nos deixa claro é que o professor faz um julgamento de valor sobre o aluno com surdez e cria uma série de conceitos que não existem, mas acabam tornando-se rótulos como se o aluno não fosse capaz, se a cada avaliação o professor pensar que seu aluno não ira conseguir ser bem sucedido. É lógico que o aluno não será, pois os educadores precisam acreditar que seus alunos são capazes.

A reflexão da autora nos permite pensar quantas escolas agem dessa forma, quantos professores não permitem que seus alunos cresçam cognitivamente. Se a escola sempre pensar dessa forma, não haverá espaço para uma educação de qualidade com ênfase na aprendizagem. Cada vez mais temos avaliações que estão voltadas para medir conhecimentos, são as avaliações classificatórias que acontecem com frequência na escola por acreditar que os alunos não são capazes de realizar determinadas atividades. Ainda de acordo com Sartoretto (2011) “quando avaliamos reprodução, com muita frequência, utilizamos provas que geralmente medem respostas memorizadas e comportamentos automatizados.”

Se as avaliações têm seguido esse percurso, somente para a reprodução de um sistema que cada vez mais se torna arbitrário, onde o que é bom para alguns, não é o suficiente para a necessidade da grande maioria. Dessa forma, deve-se avaliar o aluno surdo da mesma forma que os demais. Ainda discutindo sobre avaliação e a forma como avaliar alunos surdos que trouxemos para essa conversa a autora Helena Sperotto, com sua contribuição sobre avaliação de aluno surdo.

De acordo com Sperotto, “avaliação deve ser feita de uma forma diferenciada, de forma que respeite a diversidade linguística e perceptual do estudante surdo.” Isso não quer dizer que o professor permitirá que os alunos colem durante as avaliações ou ainda que o professor facilite a vida do aluno. Isso não deve acontecer porque o aluno surdo tem a mesma capacidade de aprender que os demais. O ensino tem que garantir apenas a aprendizagem do aluno, assegurando materiais acessíveis que gerem condições para efetivar a aprendizagem.

Ainda falando da forma como o professor deve avaliar o aluno, temos consciência de que a avaliação é constante. Alguns educadores avaliam o comportamento, a participação e sem dúvida a forma escrita que é utilizada em provas e trabalhos. Vale ressaltar que o surdo utiliza a língua portuguesa como uma segunda língua e, dessa forma, não possui domínio total, apenas utiliza os códigos para se

comunicar com aqueles que não sabem libras. Por esses motivos é importante que no momento avaliativo de um texto ou prova o professor não avalie a estrutura, mas o conteúdo em si. De acordo com Sperotto “ao avaliar o conhecimento do aluno surdo, o professor não deve supervalorizar os erros da estrutura formal da língua portuguesa em detrimento do conteúdo”.

A avaliação da aprendizagem deve acontecer a todo o momento. Como o aluno surdo não possui domínio das normas gramaticais padrão para se produzir textos, faz-se necessário que o professor perceba esses pequenos desvios da linguagem culta e faça correções mostrando os erros para o aluno e explicando a variedade da língua portuguesa. O importante na avaliação é o educador aproveitar os conhecimentos que o aluno adquiriu e sempre que possível recuperar os conteúdos que não ficaram bem compreendidos pelos alunos. O professor é um mediador, uma ponte entre o conhecimento e como um agente transformador tem que fazer com que o aluno surdo perceba que é parte de um todo e que pode e deve ter o pleno exercício da cidadania, onde deve conscientizar os alunos que fazem parte da sociedade e que deve usar o seu conhecimento adquirido na escola.

Utilizar de critérios diferenciados no momento avaliativo no que se refere ao aluno com surdez, não significa que o professor deve mudar toda sua avaliação, ou ainda mudar o conteúdo. O que deve acontecer são acessibilidades no momento da avaliação e nunca considerar aquilo que o aluno produziu como erro. Ainda sim, utilizar o erro como uma estratégia para arrumar o que antes não deu certo. A avaliação deve ser utilizada para o crescimento cognitivo do aluno e nunca deve ser vista como algo classificatório.

### **5.3. O que dizem os embasamentos legais acerca da avaliação escolar**

Até o presente momento o texto ainda não fez referência aos embasamentos legais que direcionam a avaliação dentro da escola. Iremos ver alguns conceitos sobre avaliação que se encontra nos Marcos Político Legal acerca da avaliação de alunos surdos como também nos PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais, entre outras.

O Marco Político Legal da Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva. Garante ao surdo o direito de ter uma educação bilíngue, ou seja, Língua Portuguesa e Libras para que o aluno consiga se desenvolver no âmbito escolar e na

língua de sinais, mas vale ressaltar que o ensino de Língua Portuguesa deve ser aplicado como uma segunda língua, apenas na modalidade escrita.

Abrange ainda o direito do intérprete de língua de sinais, como o ensino de libras para os alunos da escola. O ensino especial para os surdos deve ser ofertado na língua de sinais de forma oral e escrita.

E por fim, vem falando de avaliação, na pag. 24. A mesma deve acontecer de forma pedagógica levando em consideração os conhecimentos prévios dos alunos, onde as diferenças devem ser superadas. Por isso, é possível encontrar nos Marcos Políticos Legais da Educação Especial o trecho que diz o seguinte:

“A avaliação pedagógica como processo dinâmico considera tanto o conhecimento prévio e o nível atual de desenvolvimento do aluno quanto às possibilidades de aprendizagem futura, configurando uma ação pedagógica processual e formativa que analisam o desempenho do aluno em relação ao seu progresso individual, prevalecendo na avaliação os aspectos qualitativos que indiquem as interações pedagógicas do professor. No processo de avaliação, o professor deve estratégia de leitura, considerando que alguns alunos ampliação do tempo para a realização dos trabalhos e o uso da língua de sinais”. (PCNs, 1999).

Para os Parâmetros Curriculares Nacionais, conhecido como PCNs, percebemos que este documento faz toda uma análise sobre avaliação. Sendo perceptível o objetivo de se avaliar que vai além de atribuir nota para o aluno, ou classificá-lo em bom ou ruim. O PCN vem mostrar as diferenças exigidas pelo sistema de ensino, principalmente as formas de avaliar. Assim, podemos destacar: “a avaliação, contemplada nos Parâmetros Curriculares Nacionais, é compreendida: elemento integrador, entre a aprendizagem e o ensino [...]”.

Enfim a avaliação, não é tão fácil quanto pensamos, se tem muitos obstáculos para o professor elaborá-la, mas complicada para os alunos compreenderem os reais objetivos de se avaliar. O PCN orienta sobre as diversas formas como as avaliações podem acontecer, ou seja, quais recursos os professores devem utilizar para avaliar a aprendizagem dos alunos. Assim, o professor poderá fazer uma avaliação oral, escrita, gráficos, entre outros. Ainda pode utilizar de recursos como a observação sistemática, fazer uma análise das produções dos alunos para identificar qual é o perfil de cada um para poder trabalhar em conjunto diante das dificuldades dos alunos, em especial os educandos surdos.

Não podemos esquecer que a avaliação segue a objetivos que devem ser alcançados. Tendo consciência de que a avaliação pode ocorrer durante toda a aula, é

que o professor não deve avaliar por meio do julgamento de valor, ou seja, se o educador deixa ser levado por opiniões antes mesmo de conhecer o aluno e já o rotula de preguiçoso ou coisa parecida, esse aluno pode sentir-se excluído da turma sendo levado ao fracasso escolar.

Os resultados das avaliações como provas, trabalhos, conceitos são transformados em notas onde é registrado o nível de aprendizagem de cada aluno, como por exemplo, os boletins escolares, tornando verdadeira a afirmação de que o sistema educacional mantém seu discurso sobre qualidade em cima de quantidade, onde números são cada vez mais importantes.

No decorrer desse processo tomamos como base o art. 24 da lei 9.394/96 que afirma que “na avaliação do desempenho do aluno deve haver prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos”. A Lei de Diretrizes e Bases da educação brasileira é muito clara, quando o assunto é avaliação, visa uma avaliação de qualidade que busque absorver do aluno todos os conteúdos estudados. Quando acontece dessa forma, a aprendizagem torna-se significativa, ou seja, quando ganha sentido por meio de uma avaliação é porque esta é qualitativa. Caso contrário, é uma avaliação que visa números e quantidade de alunos aprovados sem o mínimo de conhecimentos.

## **6. METODOLOGIA**

### **6.1 O contexto metodológico da pesquisa**

Esse estudo corresponde a uma pesquisa de natureza qualitativa, cujo foco está voltado para compreensão de como acontece o processo de avaliação da aprendizagem de aluno surdo na Escola Estadual São José.

A esse respeito Ludke (1986) enfatiza que:

“A pesquisa qualitativa supõe o contato direto e prolongado do investigador com o ambiente e a situação que deve ser pesquisada e aí permanecer através do trabalho de campo, procurando captar a situação ou fenômeno em toda extensão”. (Ludke 1986)

O contato direto com os sujeitos da pesquisa nos proporcionou, através da observação de aulas uma reflexão sobre a prática de sala de aula, e uma posterior teorização a respeito, com a ajuda dos autores pesquisados.. A observação nos ajudou a pesquisadora a identificar e a obter informações a respeito de objetivos sobre os quais os

indivíduos têm consciência. Além da observação em sala de aula foi realizada a entrevista estruturada com os sujeitos: uma professora do oitavo ano “C” e uma aluna surda da referida turma.

Utilizamos, ainda, a análise documental, no sentido de compreender as propostas acerca da avaliação de aluno surdo e avaliação inclusiva no currículo de uma escola regular. Obtivemos, em acréscimo, o apoio do NAPI (Núcleo de Apoio Pedagógico a Inclusão) que nos cedeu algumas informações a respeito da educação de surdos em nosso município.

Mediante as informações do NAPI a Libras, no Acre – especificamente em Rio Branco, foi trazida pela Igreja Batista do Bosque. Em meados dos anos 90 e no final do ano 1999, professores do CEES (antigo Ceada) participaram do primeiro curso de Libras ministrado pela igreja. Posteriormente, outros foram oferecidos em parceria com a Secretaria de Estado de Educação.

O processo de inclusão escolar de alunos surdos no município de Cruzeiro do Sul, Acre é muito recente. Teve início no ano de 2006, por meio do Curso Saberes e Práticas da Inclusão, oferecido pelo MEC, em 2005, com o objetivo de promover a discussão e a reflexão sobre o conceito e a prática da “inclusão”, gerando a criação do NAPI (Núcleo de Apoio Pedagógico à Inclusão) localizado em Cruzeiro do Sul no ano de 2006. O NAPI tem como objetivo primordial promover e difundir a inclusão, no ensino regular, dos alunos com deficiência, visando à complementação do atendimento educacional comum, no contra – turno da escolarização, promovendo cursos de capacitação e formação continuada e produções de materiais à comunidade escolar, dentro das especificidades.

Na área da surdez, tem uma equipe de cinco professores responsáveis pelos cursos de capacitação. Dois desses são instrutores surdos que ministram os cursos “Libras em Contexto”<sup>1</sup> para professores e a comunidade em geral. Há uma carência por instrutores surdos. A maioria dos surdos de Cruzeiro do Sul não terminou o Ensino Médio e estão numa defasagem idade - série, devido à entrada tardia na escola.

---

<sup>1</sup> Os cursos “Libras em Contexto” são cursos criados pela FENEIS, que favorece o estudo e o ensino da língua de sinais falada pelos surdos do Brasil, por meio de material impresso e DVDs elaborados pela própria comunidade surda. Tem como propósito apoiar e incentivar a formação profissional de professores, surdos e não surdos, de municípios brasileiros, para aprendizagem e utilização da Língua Brasileira de Sinais em sala de aula, como língua de instrução e como componente curricular.



Os alunos surdos incluídos nas escolas estaduais somam no total de dezoito no ensino infantil ao médio, e dez surdos estão no Nível Superior. Atualmente há dezenove intérpretes distribuídos na zona urbana e rural.

Se faz necessário apresentar o histórico da escola antes de analisarmos os resultados desse trabalho, tendo em vista a importância da mesma para a comunidade surda.

### **6.1. A Escola São José**

Nesse momento, diante do tema proposto para investigação realizado na escola de ensino fundamental São José, é que decidimos optar por apresentar não apenas o nome da escola, mas um breve histórico da mesma. Pois levamos em consideração a história da escola, como também a sua importância para a sociedade. Além disso, a escola São José foi uma das pioneiras em educação inclusiva e não é a toa que se tornou uma escola referência na cidade, pelo trabalho com educação especial. Escolhemos a escola porque atende várias deficiências, entre as quais alunos surdos. A partir desse momento começamos a refletir sobre a importância da escola para a comunidade surda.

A Escola São José situada à Avenida 17 de Novembro nº 94, com sede na cidade de Cruzeiro do Sul – Acre foi fundada e inaugurada no dia 19 de março de 1948 pelo Bispo Diocesano (da época) D. José Hasher e faz parte do conjunto da Diocese de Cruzeiro do Sul, no Alto da Glória. Funcionava como Seminário Menor no local em que hoje existem as oficinas da Diocese, foi o segundo estabelecimento particular de ensino da cidade. Procurou sempre aprimorar os estudos de seus alunos que, na maior parte se constituem, hoje, de pessoas importantes na sociedade local.

Novo prédio foi construído em 1956, de dois pisos em alvenaria, dentro das exigências pedagógicas.

Em 1959, foi construído o atual prédio, também como Seminário Menor e assim funcionou até 1964, quando começou, então, a receber alguns alunos externos.

Em 1968, ano em que os Irmãos Maristas vieram para o Acre, já não havia seminaristas na Escola, apenas 178 alunos da cidade. Serviu como Seminário até 1974, quando abriu suas portas para outros alunos. Em 1975 a escola passou a ser mista e em 1978 funcionou o 1º grau completo. Hoje a escola tem como gestora a senhora Sernízia

de Araújo Correia, que atua na função desde 2009, mas já trabalhava na escola em anos anteriores como professora e já atuou como coordenadora pedagógica.

A escola atende uma clientela diversificada dos mais diversos bairros e municípios vizinhos. Sendo que alguns são de classe baixa, classe média e classe média alta. No geral, os pais são bastantes presentes envolvendo-se nas atividades escolares dos filhos, questionando e indagando seu crescimento no processo, no entanto, ainda existe um número considerável de pais que precisam ser acionados pela Escola ou o Conselho Tutelar para poderem efetivar o pátrio poder acompanhando as crianças na Escola.

De acordo com alguns dados que a escola nos forneceu, a forma de avaliar os alunos, incluindo os surdos, acontece da seguinte maneira: os alunos que não conseguem atingir o total de 5,9 na somatória de todas as atividades que enfatizam os aspectos cognitivos da aprendizagem têm recuperação garantida após cada atividade de avaliação e ao final do bimestre, sendo esta, feita a partir das dificuldades apresentadas. A recuperação é de aprendizagem conteúdo e de notas.

A Avaliação de forma a verificar as habilidades e competências desenvolvidas durante as aulas são usados equipamentos disponíveis na Escola, como: TV, data show, notebook, DVDs, mapas, globos, painéis, exemplares de livros, dicionários entre tantos outros existentes na escola.

Utilizar recursos visuais é de fundamental importância para a aprendizagem dos alunos, em especial os alunos surdos que possuem uma memória visual onde toda aprendizagem acontece por meio da visão.

## **6.2. Analisando dados: construindo uma nova história**

Durante esse período de pesquisa e coleta de material na referida escola, foram utilizados como recursos metodológicos as observações de aula na sala do oitavo ano “C” num período de 02 (dois) dias e entrevista com a professora regente e uma aluna surda da respectiva turma.

Durante as observações foi possível entender que a aluna surda interage com os demais colegas, participa da aula e se envolve nas atividades realizadas em sala. Demonstra um bom relacionamento com a turma e professoras (regente e intérprete). Trata-se de uma criança que possui capacidade para realizar a maioria das atividades

com bastante competência de acordo com as informações dos professores e apoiada em nossas próprias observações.

A entrevista realizada, com a professora regente será relatada a seguir, acompanhada de nossas reflexões a respeito:

Pesquisadora: Que tipo de avaliação você usa? Por quê?

Professora: *“as avaliações com os alunos, tanto a Ana (nome fictício) quanto os que estou trabalhando na mesma turma, eu faço sempre as mesmas avaliações, porém, eu sempre procuro adaptar algumas questões.*

Pesquisadora: Por que a mesma avaliação?

Professora: *Porque eles se sentem muito diferenciados, excluídos. Eles querem que seja a mesma avaliação. Na questão da Ana (nome fictício), como ela não domina totalmente a leitura, tem dificuldade ainda, então procuro usar muitas imagens, e a escola possibilita isso. Eu uso imagens, eu procuro fazer também questões de múltiplas escolhas e aí faz com que ela tenha uma facilidade melhor.*

Pesquisadora: O que você entende que avalia com esse instrumento? O que ela aprende? Como ela aprende?

Professora: *“Então, ela é uma aluna muito participativa, tem um interesse muito grande em tá participando da aula. Então, eu também avalio concomitantemente, todos os dias. E quando eu estou explicando o conteúdo eu me direciono diretamente para ela e faço perguntas [...]. Antes era muito difícil porque não conhecia nenhum sinal sequer e aí, quando eu conheci alguns alunos, aí quando entrei na sala dela, quando eu vi que ela tinha muita vontade de falar comigo, ela falava. Só que eu não tinha como responder a tudo que ela me perguntava. Então, depois que eu fiz o cursinho básico, eu já interajo com ela: ela pergunta, algumas coisas não consigo entender totalmente o que ela tá dizendo, mas a intérprete ajuda. Mas facilitou muito porque quando teêm dúvidas, ela diz; quando tá ruim, quando ela não entende, ela pergunta, ela pede imagens.*

Pesquisadora: Ela consegue aprender através das imagens?’

Professora: *com certeza”.*

Pesquisadora: Através das imagens facilita muito. O lúdico para ela é essencial’

Professora: *isso.*

Pesquisadora: Qual a relação entre o seu instrumento e a forma de aprender de sua aluna surda?

Professora: *“É exatamente isso que tu falou, a questão do lúdico. E usar isso faz com que fique mais gravado na mente dela. Faz com que ela faça uma associação porque...*

*veja bem, há alguma palavra, algum tipo de ligação na frase, alguma coisa assim, que ela não consegue interpretar. Assim, quando ela vê imagens, pede para ela dizer o que está vendo, dar exemplos, de outras coisas, principalmente, a questão de exemplos. Na maioria das vezes quando estou explicando ela pede exemplos.*

Pesquisadora: “Que tipo de exemplo?”

Professora: *Aí tem que dar o “exemplozim” para ela que ela entende. Assim, não vejo a Ana como uma aluna diferente ou que tenha dificuldade, mas há outros alunos que eu percebo que tem mais dificuldade por conta da falta de interesse. Como ela é muito interessada, muito participativa, então assim, ela rende muito. Você percebe que ela consegue assimilar muito mais rápido do que qualquer outro aluno.* ‘

Pesquisadores: O aprender dela, de certa forma, é muito mais fácil do que os outros, né? Pela facilidade e pela forma que ela achou de ser avaliada através de imagens, então tem essa facilidade porque tem o lúdico, então lúdico para ela é primordial’;

Professora: *isso, com certeza.*

Pesquisadora: Então, a relação dela com os colegas na sala? Ela consegue? A relação dela é com todos ou só com a professora e o intérprete?

Professora: *“Não, ela tem amigos, tanto é que ela tem amigos na sala que consegue interagir com ela, falar libras fluentemente. Os meninos conversam e muito com ela. Tem uns 3 a 4 alunos que aprenderam libras com ela. E ela tem essas amizades. Agora, a Ana é uma exceção, porque ela é muito simples em relação às amizades. Ela não gosta de tá no meio de bagunça, das meninas que brigam, que tiram notas baixas. Então, assim, é ela quem escolhe as amizades dela. Então, assim, em relação a preconceito, os alunos de não querer isso, não existe.*

Após a entrevista com a professora, nos dirigimos à criança:

Pesquisadora: O que você aprende aqui na escola? Com quem? (Nesse momento a professora intérprete repassava a ela as perguntas e ela respondia).

Ana: *“Ela vem pra sala de recurso no contra turno. Ela aprende muitas coisas livres e ela aprende muitas coisas na sala de aula. Só tem um professor que ela não consegue entender, porque ela não consegue entender quase nada, é o professor da disciplina de História”.*

Pesquisadora: Como é fazer avaliação?

Ana: *“A prova dela é igual dos outros alunos, mas ela acha que as provas são boas, são ótimas de fazer”.*

Pesquisadora: Como é para você fazer as provas?

Ana: *“Ela é fácil, todas as disciplinas”*

Pesquisadora: Você entende tudo?

Ana: *“Entende”*.

Pesquisadora: O que você acha de suas notas a partir das avaliações realizadas? E da professora? E da intérprete?

Ana: *“Ela pensa que as notas dela até agora são boas em todas as disciplinas. Ela considera as notas dela boas. Só tem geografia que ela está com mais dificuldade. A professora é ótima, simples e simpática.*

(Intérprete)*Também, tudo ótima.*

Dessa forma, foi a partir dessa entrevista e da observação que entendemos que a aluna surda, apesar de sua deficiência, é uma criança que procura, dentro de suas limitações, interagir, participar e realizar todas as atividades propostas e tanto as professoras (interprete e regente) assim como os demais alunos auxiliam nesse processo de busca e apreensão do conhecimento. Todos mantêm um clima saudável e se solidarizam com o bem-estar de cada um.

**Tema:** O Processo de Avaliação da Aprendizagem dos Alunos Surdos no Ensino Fundamental da Escola São José em Cruzeiro do Sul, Acre

**Objetivo:** Compreender o processo de Avaliação da Aprendizagem dos Alunos Surdos no Ensino Fundamental da Escola São José em Cruzeiro do Sul – AC.

### **Análise dos Dados da Pesquisa (Professora)**

A pesquisa apresentada neste trabalho sucedeu na Escola Pública da rede estadual de Ensino Infantil, São José. Na entrevista feita, tive a participação da professora regente de sala, da intérprete e da aluna Ana (nome fictício).

A entrevista ocorreu de maneira espontânea, que se desencadeavam novas perguntadas na medida em que outras eram respondidas. Desencadeando um dialogo prazeroso.

Nesta primeira parte da análise dos dados será com a fala da professora da Disciplina de Língua Portuguesa. Quando perguntada sobre o tipo de avaliação que ela usava com os alunos não portadores de necessidades e aluno (a) portador (a) de

necessidade especial, esta responde que as avaliações trabalhadas com toda a turma sempre são as mesmas avaliações, porém procurando adaptar algumas questões. Quando indagada, sobre a mesma avaliação, ela justifica que “eles se sentem muito diferenciados e excluídos”. Então, os alunos surdos preferem que sejam aplicadas as mesmas avaliações.

Já com a Ana (nome fictício) a metodologia utilizada é o trabalho com gravuras, imagens. Porque ela tem dificuldades na leitura. Além desse recurso, a professora recorre também às questões de múltiplas escolhas, o que facilita uma melhor aprendizagem dela. A Autora Maria de Fátima Mineto cita que:

“Consideramos a inclusão como um paradigma possível, necessário e urgente, mediante a constatação da diversidade como elemento integrante da natureza humana. Porém, sua implantação esbarra a todo momento em praticas que privilegiam a homogeneidade (ou seja, a semelhança como princípio constitutivo). Quem difere desse conjunto “homogêneo” fatalmente cairá em exclusão educacional. Para que isso não aconteça, as práticas pedagógicas devem ser diversificadas, e isso depende em grande parte da capacidade do docente.” (Maria de Fátima Mineto, 2008, p. 35)

Quanto aos suportes pedagógicos utilizados, segundo a professora, a escola propicia esses recursos para serem trabalhos com Ana. Fator que contribui muito para o processo de aprendizagem dela. E essa acessibilidade de materiais disponíveis para trabalhar o diferente com os portadores de necessidades especiais é que fara uma educação diferenciada.

Segundo Maria de Fátima Mineto (2008):

“O professor é o eixo principal. Ele tem em suas mãos a possibilidade de ações. Ele não pode tudo, mas pode muito. O professor sabe muito do aluno, muito mais do que imagina. Possui potencial invejável para organizar estratégias de ação e modificá-las em segundos, diante dos seus alunos.” (Maria de Fátima Mineto, 2008, p. 36)

Mas, era justamente esse potencial que ela não sabia como utilizar logo no início do ano letivo. Conforme relato na entrevista, no início ela não sabia gesticular nenhum sinal em LIBRAS.

Professora: [...] *Antes era muito difícil porque não conhecia nenhum sinal sequer e aí, quando eu conheci alguns alunos, aí quando entrei na sala dela, quando eu vi que ela tinha muita vontade de falar comigo, ela falava. Só que eu não tinha como responder a tudo que ela me perguntava. Então, depois que eu fiz o cursinho básico, eu já interajo*

*com ela: ela pergunta, algumas coisas não consigo entender totalmente o que ela tá dizendo, mas a intérprete ajuda. Mas facilitou muito porque quando têm dúvidas, ela diz; quando tá ruim, quando ela não entende, ela pergunta, ela pede imagens.*

Ora, quando se utiliza do lúdico em sala de aula o aprendizado torna-se diferente, atraente e conquista atenções. Por meio de imagens é que a professora de Língua Portuguesa Cláudia (nome fictício), tem trabalhado com Ana. A assimilação do conteúdo é mais rápida. Motivando cada vez mais a participação da Aluna na hora das atividades. Como se vê:

Pesquisadora: Qual a relação entre o seu instrumento e a forma de aprender de sua aluna surda?

Professora: *“É exatamente isso que tu falou, a questão do lúdico. E usar isso faz com que fique mais gravado na mente dela. Faz com que ela faça uma associação porque... veja bem, há alguma palavra, algum tipo de ligação na frase, alguma coisa assim, que ela não consegue interpretar. Assim, quando ela vê imagens, pede para ela dizer o que está vendo, dar exemplos, de outras coisas, principalmente, a questão de exemplos. Na maioria das vezes quando estou explicando ela pede exemplos.*

Pesquisadora: ‘Que tipo de exemplo?’

Professora: *Aí tem que dar o “exemplozim” para ela que ela entende. Assim, não vejo a Helen como uma aluna diferente ou que tenha dificuldade, mas há outros alunos que eu percebo que tem mais dificuldade por conta da falta de interesse. Como ela é muito interessada, muito participativa, então assim, ela rende muito. Você percebe que ela consegue assimilar muito mais rápido do que qualquer outro aluno.*

Quando perguntada sobre a relação de Ana com os demais colegas, a professora foi enfática:

Pesquisadora: Então, a relação dela com os colegas na sala? Ela consegue? A relação dela é com todos ou só com a professora e o intérprete?

Professora: *“Não, ela tem amigos, tanto é que ela tem amigos na sala que consegue interagir com ela, falar libras fluentemente. Os meninos conversam e muito com ela. Tem uns 3 a 4 alunos que aprenderam libras com ela. E ela tem essas amizades. Agora, a Ana é uma exceção, porque ela é muito simples em relação às amizades. Ela não gosta de tá no meio de bagunça, das meninas que brigam, que tiram notas baixas.*

*Então, assim, é ela quem escolhe as amizades dela. Então, assim, em relação a preconceito, os alunos de não querer isso, não existe.*

Como se vê, os portadores de algumas deficiências têm suas limitações, mas são capazes de se relacionar com o outro e aprender tanto quanto um “normal”. O que falta é incluir ao convívio social. A surdez não consiste propriamente em não ouvir sons. Mas impregna-se naqueles que fecham os olhos para tal realidade.

No âmbito educacional, vários desafios precisam ser vencidos, como aponta Maria de Fátima Mineto apud Mantoan:

“A Inclusão propõe para o sistema educacional vários desafios a serem vencidos: o reconhecimento da necessidade de uma nova maneira de entender e educar seus educandos; ênfase na preparação continuada da equipe escolar; incentivo à formação de profissionais especializados, em graduação e pós-graduação para prestar apoio aos generalistas; o investimento em pesquisas, por mestres e doutores, que apoiem a ação educativa.” (Maria de Fátima Mineto apud Mantoan, 2008, p. 45)

## **ANÁLISE DE DADOS (ALUNO)**

### **Relação com os colegas**

Tem amigos. Os colegas interagem com ela. Não especifica se são fluentes em LIBRAS. Ensinou em tornou de 3 a 4 colegas a falar a Língua Brasileira de Sinais. Não gosta de turmas de *zoação* e nem de colegas que não interagem durante as aulas. Não há preconceito explícito entre a turma e Ana (nome fictício).

### **Percepção da aluna sobre o processo de aprendizagem**

- Faz associação entre o conteúdo estudado com as imagens e gravuras apresentadas pela professora;
- Pediu a professora para exemplificar a gravura com outras coisas;
- Se esforça para aprender os conteúdos indo para a sala de recurso no contra turno;



- Não aceita ser tratada de maneira diferente, prefere a mesma avaliação proposta aos não “especiais”;
- Ajuda os colegas a aprender uma nova Língua (LIBRAS);

### **Interação com o conhecimento acadêmico e/ou social**

No âmbito acadêmico:

- Dedicada aos estudos;
- Participa das atividades e não aceita ser tratada diferente;
- Nos contra turnos, vai à sala de recursos para adquirir novos conhecimentos;
- Não gosta de colegas “bagunceiros”;
- Relaciona as imagens com os conteúdos estudados;

No âmbito social:

- Relaciona-se amigavelmente com todos;
- Conversa com os colegas em LIBRAS;
- Ensina seus amigos a Língua dos Sinais;
- Relação amigável sem preconceitos explícitos;

### **Relação com as avaliações**

- Prefere as atividades iguais aos dos outros alunos;
- Faz associações das imagens com outras coisas;

- Acha a prova da professora entrevistada ótimas de serem respondidas;
- Participa das atividades;
- Não gosta das aulas de geografia, porque tem mais dificuldade para assimilar os conteúdos;

## **7. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente trabalho foi de suma importância para aprimorar minha práxis em sala de aula, tendo em vista que durante esse período de pesquisa foi possível refletir acerca da avaliação do aluno surdo. Percebi que o movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação.

Neste âmbito, ao olharmos para a educação inclusiva a partir das luzes filosóficas de Maria de Fátima Minetto, in apud Coll entenderemos que “a avaliação é uma ação pedagógica que precisa ser flexibilizada de forma a atender à necessidades dos alunos”. (Maria de Fátima Minetto, in apud Coll, 2008, p. 82)

De tal modo, sabemos que não podemos mudar o mundo, mas com esse trabalho poderemos mudar algumas de nossas concepções acerca da avaliação realizada no interior das escolas, bem como da surdez propriamente, desde seu contexto histórico aos dias atuais. De acordo com a literatura pesquisada, foram muitas as lutas para que os surdos saíssem das escolas especiais e fossem inseridos nas escolas regulares. É preciso que todos aceitem essa mudança tão importante que é a inclusão do surdo no ensino. Todavia, respeitar as diferenças linguísticas é um primeiro passo para o desenvolvimento pleno do educando surdo, pois este educando precisa sentir que é aceito no grupo no qual convive. É preciso compreender o aluno surdo a partir dos seus próprios referenciais e vivências, da convivência com o seu cotidiano, de suas atitudes, sonhos e desejos. Nossa pesquisa de campo constatou que na maioria dos casos de inclusão, nossas escolas estão muito além daquilo que propõe os PCNs, uma educação mais inclusiva, participativa e atraente. Como cita Maria de Fátima Minetto:

“O PCNs são referenciais que permitem que o desafio de flexibilizar tenha objetivos comuns. Mas cabe à sociedade, à escola, e aos professores a partir de suas percepções e concepções, ponderar suas necessidades e organizar sua ação, de tal forma que a educação não promova a exclusão. Mas, existem alguns pontos na Lei nº 9.394/96 que, ao invés de facilitar a ação do professor, leva a entaves e dúvidas que inviabilizam as ações, influenciando a tomada de decisão diante da diversidade.” (Maria de Fátima Minetto, 2008, p. 27)

O professor é o sujeito ativo desse processo, e sua atitude poderá promover a construção do caminhar da escola para a inclusão, colocando o aluno como ponto principal para a conquista de novas práticas escolares.

Como cita CAMPOS ao falar da eficiência da aprendizagem:

“A eficiência da aprendizagem está condicionada à existência de problemas que surgem na vida do educando, que lhes dêem a impressão de fracasso e que o levem a sentir-se compelido a resolvê-los [...] envolve o uso e o desenvolvimento de todos os poderes, capacidade e potencialidades do homem, tanto físicas quanto mentais e afetivas.” (CAMPOS, 1987, p. 33)

Mediante todas as questões apresentadas, concluímos que é primordial valorizar as diferenças humanas e aprender com o diferente, não pela diferença que a sua deficiência impõe, mas pela singularidade de sermos diferentes enquanto condição humana que é intrínseca de cada um. O respeito e o oferecimento do atendimento educacional especializado para pessoa com surdez é direito do aluno e como tal não deve ser questionado, pois é a aceitação de sua diferença que assegurará a sua aprendizagem.

## 8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei 5.692, de 1971. **Fixa diretrizes e bases para o ensino de primeiro e segundo graus, e da outras providencias.** Diário Oficial da República federativa do Brasil, Brasília, DF, 12 de ago. 1971.

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a **Língua Brasileira de Sinais - Libras**, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. In: Diário Oficial da União de 23 de dez. de 2005, Brasília, 28 p.

\_\_\_\_\_. Câmara Federal, 2010, **Reconhecimento da Profissão do Intérprete de Língua de Sinais** em <http://www.ptnacamara.org.br> Lei nº 4673/2004. In Diário Oficial da União de 23 de dez. de 2005, Brasília, 28 p.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Educação Especial**. Série Livro. Brasília, DF: MEC/SEESP, 1994.

\_\_\_\_\_. Lei 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 31 de dez.1996.

\_\_\_\_\_.Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva/** Secretaria de Educação Especial.Brasília: Secretaria de Educação Especial,-2010.

\_\_\_\_\_.Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências**. Congresso Nacional, Brasília, DF, 2002.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**, 1994, Salamanca-Espanha.

FENEIS ([Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos](#)).**Kit LIBRAS é Legal!** 2002.

FERNANDES, E. **Problemas lingüísticos e cognitivos do surdo**. Rio de Janeiro: Agir, 1990.

GESSER, Audrei. **LIBRAS? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda**. 1a.ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**.5º. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOLDFELD, M. **A criança surda. Linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionista**. São Paulo: Plexas, 1997.

LUCKESI, Carlos Cipriano. **Avaliação da Aprendizagem Escolar: estudos e proposições**. São Paulo: Cortez, 2011.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 2004

MAZZOTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1996.

SACKS, Oliver, **Vendo vozes: uma jornada pelo mundo dos surdos**. Rio Janeiro: Imago, 1989.

SATORETTO, Maria Lúcia. **Os Fundamentos da Educação Inclusiva**. 2011

SCARDUA, Valéria Mota. **A inclusão e o ensino regular**. In: Revista FACEVV. Nº 1. 2008.

SKLIAR, Carlos B.(org). **Educação e exclusão. Abordagens sócio-antropológicas em educação especial**. Mediação, 1997.

MINETTO, Maria de Fátima. **Currículo na Educação Inclusiva: Entendendo Esse Desafio**. – 2.ed. rev. atual. ampl. – Curitiba : Ibpx, 2008.

CAMPOS, D. **Psicologia da Aprendizagem**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

FERREIRA-BRITO, Lucinda. **Por uma gramática de Línguas de Sinais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

VASCONCELLOS, C. S. **Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. São Paulo: Libertad, 2002.

DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação: políticas e reformas da educação superior**. São Paulo: Cortez, 2003.

ESTEBAN, M. T. (orgs.) **Práticas avaliativas e aprendizagens significativas: em diferentes áreas do currículo**. 3.ed. Porto Alegre: Mediação, 2003.

AFONSO, Almerindo J. **Avaliação educacional: regulação e emancipação**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

VYGOTSKY, L.S. OBRAS ESCOGIDAS: fundamentos da defectologia. Madrid: visor, 1997.

SOUSA, L. P. F. de. **Orquestrar a gestão escolar para respostas educativas na diversidade**. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação. Rio de Janeiro.

## ANEXOS

### ENTREVISTA

1. Pesquisadora: Que tipo de avaliação você usa? Por quê?

Professora: *“as avaliações com os alunos, tanto a Ana (nome fictício) quanto os que estou trabalhando na mesma turma, eu faço sempre as mesmas avaliações, porém, eu sempre procuro adaptar algumas questões.*

Pesquisadora: Por que a mesma avaliação?

Professora: *Porque eles se sentem muito diferenciados, excluídos. Eles querem que seja a mesma avaliação. Na questão da Ana (nome fictício), como ela não domina totalmente a leitura, tem dificuldade ainda, então procuro usar muitas imagens, e a escola possibilita isso. Eu uso imagens, eu procuro fazer também questões de múltiplas escolhas e aí faz com que ela tenha uma facilidade melhor.*

Pesquisadora: O que você entende que avalia com esse instrumento? O que ela aprende? Como ela aprende?

Professora: *“Então, ela é uma aluna muito participativa, tem um interesse muito grande em tá participando da aula. Então, eu também avalio concomitantemente, todos os dias. E quando eu estou explicando o conteúdo eu me direciono diretamente para ela e faço perguntas [...]. Antes era muito difícil porque não conhecia nenhum sinal sequer e aí, quando eu conheci alguns alunos, aí quando entrei na sala dela, quando eu vi que ela tinha muita vontade de falar comigo, ela falava. Só que eu não tinha como responder a tudo que ela me perguntava. Então, depois que eu fiz o cursinho básico, eu já interajo com ela: ela pergunta, algumas coisas não consigo entender totalmente o que ela tá dizendo, mas a intérprete ajuda. Mas facilitou muito porque quando teêm dúvidas, ela diz; quando tá ruim, quando ela não entende, ela pergunta, ela pede imagens.*

Pesquisadora: Ela consegue aprender através das imagens?’

Professora: *com certeza”.*

Pesquisadora: Através das imagens facilita muito. O lúdico para ela é essencial’

Professora: *isso.*

Pesquisadora: Qual a relação entre o seu instrumento e a forma de aprender de sua aluna surda?

Professora: *“É exatamente isso que tu falou, a questão do lúdico. E usar isso faz com que fique mais gravado na mente dela. Faz com que ela faça uma associação porque... veja bem, há alguma palavra, algum tipo de ligação na frase, alguma coisa assim, que ela não consegue interpretar. Assim, quando ela vê imagens, pede para ela dizer o que está vendo, dar exemplos, de outras coisas, principalmente, a questão de exemplos. Na maioria das vezes quando estou explicando ela pede exemplos.*

Pesquisadora: ‘Que tipo de exemplo?’

Professora: *Aí tem que dar o “exemplozim” para ela que ela entende. Assim, não vejo a Ana como uma aluna diferente ou que tenha dificuldade, mas há outros alunos que eu percebo que tem mais dificuldade por conta da falta de interesse. Como ela é muito interessada, muito participativa, então assim, ela rende muito. Você percebe que ela consegue assimilar muito mais rápido do que qualquer outro aluno. ‘*

Pesquisadores: O aprender dela, de certa forma, é muito mais fácil do que os outros, né? Pela facilidade e pela forma que ela achou de ser avaliada através de imagens, então tem essa facilidade porque tem o lúdico, então lúdico para ela é primordial’;

Professora: *isso, com certeza.*

Pesquisadora: Então, a relação dela com os colegas na sala? Ela consegue? A relação dela é com todos ou só com a professora e o intérprete?

Professora: *“Não, ela tem amigos, tanto é que ela tem amigos na sala que consegue interagir com ela, falar libras fluentemente. Os meninos conversam e muito com ela. Tem uns 3 a 4 alunos que aprenderam libras com ela. E ela tem essas amizades. Agora, a Ana é uma exceção, porque ela é muito simples em relação às amizades. Ela não gosta de tá no meio de bagunça, das meninas que brigam, que tiram notas baixas. Então, assim, é ela quem escolhe as amizades dela. Então, assim, em relação a preconceito, os alunos de não querer isso, não existe.*

Após a entrevista com a professora, nos dirigimos à criança:

Pesquisadora: O que você aprende aqui na escola? Com quem? (Nesse momento a professora intérprete repassava a ela as perguntas e ela respondia).

Ana: *“Ela vem pra sala de recurso no contra turno. Ela aprende muitas coisas livres e ela aprende muitas coisas na sala de aula. Só tem um professor que ela não consegue entender, porque ela não consegue entender quase nada, é o professor da disciplina de história”.*

Pesquisadora: Como é fazer avaliação?

Ana: *“A prova dela é igual dos outros alunos, mas ela acha que as provas são boas, são ótimas de fazer”.*

Pesquisadora: Como é para você fazer as provas?

Ana: *“Ela é fácil, todas as disciplinas”*

Pesquisadora: Você entende tudo?

Helen: *“Entende”.*

Pesquisadora: O que você acha de suas notas a partir das avaliações realizadas? E da professora? E da intérprete?

Ana: *“Ela pensa que as notas dela até agora são boas em todas as disciplinas. Ela considera as notas dela boas. Só tem geografia que ela está com mais dificuldade. A professora é ótima, simples e simpática.*

(Intérprete)*Também, tudo ótima”*

## FOTOS





**Entrevista com a professora regente**



**Entrevista com a intérprete e a Ana (nome fictício)**



**Entrevista com a intérprete e a Ana (nome fictício)**

## **APÊNDICES**



Universidade de Brasília - UnB  
Instituto de Psicologia - IP  
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento - PED  
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS  
Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

### Aceite Institucional

O (A) Sr./Sra. Sernízia de Araújo Correia (nome completo do responsável pela instituição),  
da Escola São José (nome da instituição) está de acordo com a realização da pesquisa

de responsabilidade do(a) pesquisador(a) Ja Náidima de Almeida Silva,  
aluna do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar no Instituto de  
Psicologia do Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano da Universidade de  
Brasília, realizado sob orientação da Prof. Doutor/Mestre: Mercedes Cepelillo

O estudo envolve a realização de observação e entrevistas (entrevistas,  
observações e filmagens etc) do atendimento na Escola São José (local na  
instituição a ser pesquisado) com a aluna Helena (participantes da pesquisa). A  
pesquisa terá a duração de dois (tempo de duração em dias), com previsão de início em 14/09 e  
término em 15/09.

Eu, Sernízia de Araújo Correia (nome completo do responsável pela  
instituição), Escola São José (cargo do(a) responsável do(a) nome completo da  
instituição onde os dados serão coletados, declaro conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em  
especial a Resolução CNS 196/96. Esta instituição está ciente de suas corresponsabilidade como instituição  
coparticipante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos  
sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e  
bem-estar.

Guajuvira do Sul (local), 14 / 09 / 2015 (data).

Sernízia de Araújo Correia  
Nome do (a) responsável pela instituição

Correia  
Assinatura e carimbo do(a) responsável pela instituição

**Sernízia de Araújo Correia**  
Diretora  
Port. nº 2460/12-GAB/SEE  
Escola São José



Universidade de Brasília - UnB  
Instituto de Psicologia - IP  
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano - PED  
Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhores Pais ou Responsáveis,

Sou orientando(a) do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil/Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre Processo de Inclusão dos Alunos Surdos. Assim, gostaria de solicitar sua autorização para que seu(sua) filho(a) participe do estudo.

A coleta de dados será realizada por meio de observação e entrevista (explicitar todas as técnicas de coleta de dados: gravações em vídeo das situações cotidianas e rotineiras da escola; entrevistas, observações, questionários etc.)

Esclareço que a participação de seu(sua) filho(a) no estudo é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Seu(sua) filho(a) poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo ou alteração dos serviços disponibilizados pela escola. Asseguro-lhe que a identificação seu(sua) filho(a) não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente. Os dados provenientes da participação na pesquisa, tais como observação (explicitar instrumentos de coleta de dados), ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contatar pelo telefone (68) 9993-2345 ou no endereço eletrônico francine@ipet.com. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente.

Ja Nadima de A. Silva

Assinatura do Pesquisador

Assinatura do Pai/Responsável pelo Aluno

Nome do Pai/Responsável:

Sabrina dos Santos Araújo

Nome do Aluno:

Helen Samara da Silva Araújo

E-mail (opcional):





### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhores Pais ou Responsáveis,

Sou orientando(a) do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil/Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre Processo de Inclusão dos alunos Surdos. Assim, gostaria de consultá-lo(a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio de observação e entrevistas (explicitar todas as técnicas de coleta de dados: gravações em vídeo das situações cotidianas e rotineiras da escola; entrevistas, observações, questionários etc.)

Esclareço que a participação no estudo é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo ou alteração dos serviços disponibilizados pela escola. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como gravações (explicitar instrumentos de coleta de dados), ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contatar pelo telefone 161/9993-2345 ou no endereço eletrônico fm.almeida@netmail.com. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente.

fm Nádia de Almeida Silva

Assinatura do Pesquisador

Márcia Roberta Silva de Oliveira

Assinatura do Participante Voluntário

Nome do Participante Voluntário: Helena Samara da Silva Araújo

E-mail(opcional): \_\_\_\_\_

